

A Paz de Westfália e
o Direito Internacional

PÁG. 14

The Defining Tenets of
Political Marxism

PÁG. 17

A Geopolítica da Crise
Econômica da Europa

PÁG. 20

Efeitos do Atentado
em Bali na Segurança
Internacional do Sudeste

PÁG. 24



MARÇO - JUNHO 2013 | ANO 1 - EDIÇÃO 1

ISSN 2318-9711

COSMOPOLÍTICO

RELAÇÕES INTERNACIONAIS



XVIII ENERI ESPM, saiba tudo sobre o maior evento
de Relações Internacionais da América Latina **PÁG. 05**

Interview with
Natalia Burlinova:
NATO - Russia
Relations

PÁG. 8

Resenha do filme
Glória Feita de Sangue
de Stanley Kubrick

PÁG. 10

Resenha do livro
"A tragédia da política
em Ricardo III"

PÁG. 12



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor da UFF: Prof. Roberto de Souza Salles

Vice Reitor da UFF: Sidney Mello

Pró-Reitor de Assuntos Acadêmicos: Prof. Sidney Luiz de Matos Mello

Pró-Reitor de Extensão: Sílio Werdes Machado

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Humberto Fernandes Machado

Pró-Reitor de Planejamento: Prof. Emmanuel Paiva de Andrade



INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS

Diretor do INEST: Prof Dr.Eurico de Lima Figueiredo

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Chefe do Departamento: Prof. Dr. Thiago Rodrigues

Vice-chefe do Departamento: Prof. Dr. Adriano Freixo

COORDENAÇÃO D'O COSMOPOLÍTICO:

CENTRO ACADÊMICO SERGIO VIEIRA DE MELLO

CASViM

Centro Acadêmico Sergio Vieira de Mello

sapientia potentia est

ISSN 2318-9711

Universidade Federal Fluminense - UFF | Instituto de Estudos Estratégicos (INEST)
Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais (DEI)
Graduação de Relações Internacionais | Centro Acadêmico Sergio Vieira de Mello (CASViM)
Endereço: Campus do Valonguinho - Alameda Prof. Barros Terra,
s/n - 2º Andar, Centro - 24020-150 - Niterói - RJ
E-mail: ocosmopolitico@gmail.com | Site: www.ocosmopolitico.com

Expediente Staff

O Cosmopolítico | Ano 1 - 1ª Edição
Niterói, RJ - Março 2013 - Junho 2013

ISSN 2318-9711

CONSELHO EXECUTIVO

Murilo Gomes da Costa
Editor-Chefe | Editor-in-Chief

Isis Araújo
Editora Executiva | Executive Editor

Brunna Barros
Editora Consultiva | Consulting Editor

Julia Leão
Editora Científica | Academic Editor

REVISORES

Victor Brito Ferraz

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Eurico de Lima Figueiredo

Prof. Dr. Luíz Pedone (UFF)

Prof. Dr. Adriano de Freixo (UFF)

Prof. Dr. Frederico Costa (UFF)

Prof. Dr. Fernando Roberto (UFF)

Prof. Dr. Vágner Camilo (UFF)

Prof. Dr. Thomas Heye (UFF)

Prof. Dr. Victor Leandro (UFF)

Prof. Dr. Alex Jobim (UFF)

Prof. Dr. Gabriel Passetti (UFF)

Prof. Dr. Marcio Rocha (UFF)

Prof. Dr. Renato Petrocchi (UFF)

Prof. Fernando Brancoli (UFRJ)

Prof. Eduardo Heleno (UFF)

Prof. Jean Ditzz (USP)

Prof. Edson Medeiros (UFF)

Prof. Mariana Kalil (UNB)

Universidade Federal Fluminense - UFF | Instituto de Estudos Estratégicos (INEST)
Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais (DEI)
Graduação de Relações Internacionais | Centro Acadêmico Sergio Vieira de Mello (CASViM)
Endereço: Campus do Valonguinho - Alameda Prof. Barros Terra,
s/n - 2º Andar, Centro - 24020-150 - Niterói - RJ
E-mail: ocosmopolitico@gmail.com | Site: www.ocosmopolitico.com
Projeto Gráfico: Murilo Gomes da Costa

SUMÁRIO

EDITORIAL

MAR - JUN 2013

O Novo Cosmopolítico

por Murilo Gomes da Costa, pág 4.

CAPA

ENERI ESPM -2013

CASViM , pág 5.

Interview: Russia-Nato Relations

por "Fair Observer", pág 8.

Resenha do filme Glória Feita de Sangue

por Murilo Gomes da Costa ,pág 10.

Resenha da obra "A tragédia da política em Ricardo III"¹

por José Renato e Juliana Graffunder , pág 12.

ARTIGOS

A Paz de Westfália e o Direito Internacional

por Rita Feodrippe , pág 14

The Defining Tenets of Political Marxism

por Pedro Lucas Dutra Salgado, pág 17.

A Geopolítica da Crise Econômica da Europa

por Delano Teixeira Menezes, pág 20

Efeitos do Atentado em Bali na Segurança Internacional do Sudeste Asiático

por Haruka Maeda; Maíra Machado Rodrigues
e Mariele Hochmüller, pág 24

AGENDA

Próximos Eventos

por CASVIM, pág 29

Monografias - RI UFF

por CASVIM, pág 30

"Apoio Universitário"

por CASVIM, pág 31

OPINIÃO

Yoani e o conflito entre direita e esquerda no Brasil

por Tiago Duarte , pág 33

Montesquieu e Renan Calheiros : Uma analogia inusitada?

por Victor Leandro Chaves Gomes, pág 34

O Novo Cosmopolítico

por Murilo Gomes da Costa

O Cosmopolítico é um projeto dos alunos da graduação de Relações Internacionais da Universidade Federal Fluminense. Este advém dos membros do colegiado do Centro Acadêmico Sergio Vieira de Mello, associação estudantil que representa os alunos da graduação de Relações Internacionais da UFF. Criado em 2011, O Cosmopolítico teve como objetivo a divulgação de textos, acadêmicos, literários, charges, entrevistas, dentre outros conteúdos, que buscassem condensar os assuntos inerentes às Relações Internacionais e às atividades do curso.

O Cosmopolítico possuía uma veiculação exclusivamente impressa e já haviam sido publicadas três edições, no final do ano de 2011. Nos anos de 2012 e 2013, no entanto, começou-se a pensar numa reformulação “total” do Cosmopolítico. A ideia foi a de transportá-lo de forma integral à plataforma online. O objetivo principal dessa ideia, funda-se na maior facilidade para a sua divulgação, assim como na redução dos custos com impressão. Convém ressaltar, que todo o conteúdo foi revisado pelos editores e assessores de editorial. Ademais, as opiniões expressas nos textos são de responsabilidade dos seus respectivos autores, e não expressa necessariamente a opinião do corpo editorial deste jornal.

Em suma, o novo Cosmopolítico agora contará com uma equipe mais completa, que ficará responsável pelo processo de seleção, revisão e edição dos conteúdos.

Além disso, com a facilidade e dinâmica das relações na internet, o jornal será um espaço livre e aberto à publicações de alunos, professores, pesquisadores, da UFF e de qualquer outra instituição. Faremos do Cosmopolítico um espaço que sentimos que está em escassez hoje. Queremos dar valor à pesquisa e produção nas Relações Internacionais, desde a sua base “acadêmica”. Não haverá, portanto, restrições ou pré-requisitos para se publicar. A única preocupação recorrente é que se leiam as normas de publicação, que prendem-se basicamente à formatação, tamanho e estrutura do conteúdo.

Em suma, escrevo entusiasmado nesse repaginado periódico, para agradecer o apoio de todos, principalmente dos membros do colegiado do Centro Acadêmico Sergio Vieira de Mello (CASViM), e dos professores do Instituto de Estudos Estratégicos (INEST), que acreditaram e investiram nesse projeto. 🍷

XVIII ENERI ESPM – 2013



O ENERI 2013

Em 2013, o ENERI ESPM trará inovações em relação ao tradicional modelo adotado pelos encontros anteriores, uma vez que, além das clássicas palestras com teóricos de relações internacionais, contemplará as relações internacionais estendidas ao campo dos negócios. A temática proposta, “Brasil Global Player”, leva em consideração a autopercepção brasileira sobre o desenvolvimento do país e sua atuação no sistema global, o que torna possível, dessa forma, identificar os projetos nacionais e internacionais almejados pelo Brasil para os próximos anos. Assim, para além da temática internacional, tem – se como objetivo compreender como o Brasil pensa e executa sua inserção internacional. Mais do que em agendas, a discussão se dará em torno de projetos. A partir disso, nada melhor do que trazer o evento para a capital empresarial do país, conhecida internacionalmente como o “coração econômico e financeiro do Brasil”, a cidade de São Paulo.

O CIERI ESPM

O Conselho Institucional dos Estudantes de Relações Internacionais da Escola Superior de Propaganda e Marketing foi criado em 2007, do anseio de um grupo de alunos de constituir uma entidade que se preocupasse em aprimorar o repertório de seus alunos e trabalhasse para atingir esse fim. Dessa maneira, o CIERI-ESPM passou a representar o interesse dos estudantes de RI, tanto interna, quanto externamente à faculdade. A partir do momento de sua criação, o CIERI-ESPM se filiou a FENERI, participando ativamente das reuniões do Conselho Nacional dos Estudantes de Relações Internacionais (CONERI).

O PROCESSO DE ESCOLHA

Desde o início de 2012, momento em que nos candidamos como chapa ao CIERI ESPM, trazíamos conosco o sonho de realizar este, que seria um desafio: o ENERI 2013 na cidade de São Paulo. Após assumirmos o CIERI, iniciamos o processo de idealização do projeto e dos materiais utilizados na divulgação da nova candidatura, como sede para o ENERI 2013. Com o projeto finalizado, as ideias foram apresentadas, em um primeiro momento, internamente, no qual conseguimos o apoio necessário para viabilizá-lo. A partir daí, apresentamos nossa plataforma a todos os outros Centros Acadêmicos de Relações Internacionais das faculdades brasileiras, no primeiro CONERI de 2012, realizado em Brasília. Com a pré – candidatura aprovada por unanimidade no mês de maio, durante o ENERI 2012, em Florianópolis, encaminhamos formalmente nosso projeto com a proposta, abrangendo plano de ação e tema, “Brasil Global Player”.

POR QUE SÃO PAULO?

O encontro será realizado na cidade de São Paulo, que chama a atenção por seus pontos históricos e culturais – sejam eles monumentos, como o Monumento à Bandeira, à Independência, a Pedro Álvares Cabral e o Obelisco, sejam espaços, como a Estação da Luz, o Parque do Ibirapuera, o Pátio do Colégio, o Mercado Municipal e muitos outros – de forma que os estudantes presentes possam aproveitar e conhecer a fundo a cidade que lhes presenteará com uma reunião repleta de especialistas, de debates, de workshops, e também de festas sensacionais que completarão essa experiência de aprendizado, uma vez que a socialização é parte essencial da carreira de um Analista de Relações Internacionais. Além da parte cultural e histórica, os visitantes poderão conhecer algumas das 59 ruas dedicadas somente ao comércio, desde a Oscar Freire até a 25 de Março.

São Paulo merece este importantíssimo evento, e você, estudante, merece conhecer as maravilhas que esta cidade pode oferecer e sentir a enorme carga cultural da cidade, e também merece a oportunidade de estar cara a cara com os maiores escritores, pensadores e atuantes da área de Relações Internacionais para prepararmos melhores profissionais que atuem, no futuro, internacionalmente, trabalhando cada vez mais por um mundo mais justo, pacífico e sustentável, tendo sempre em seus pensamentos que não devemos desistir de um mundo melhor, que não podemos, de forma alguma, influenciar-nos pelos que não acreditam que tal mudança seja possível. Tenha em mente: “Non dvcor, dvcō”. (“Não sou conduzido, conduzo” – Lema da cidade de São Paulo)

TEMÁTICA

Em 2013, o ENERI ESPM trará inovações em relação ao tradicional modelo adotado pelos encontros anteriores, uma vez que, além das clássicas palestras com teóricos de relações internacionais, contemplará as relações internacionais estendidas ao campo dos negócios.

A temática proposta, “Brasil Global Player”, leva em consideração a autopercepção brasileira sobre o desenvolvimento do país e sua atuação no sistema global, o que torna possível, dessa forma, identificar os projetos nacionais e internacionais almejados pelo Brasil para os próximos anos. Assim, para além da temática internacional, tem – se como objetivo compreender como o Brasil pensa e executa sua inserção internacional. Mais do que em agendas, a discussão se dará em torno de projetos.

A partir disso, nada melhor do que trazer o evento para a capital empresarial do país, conhecida internacionalmente como o “coração econômico e financeiro do Brasil”, a cidade de São Paulo.

PALESTRAS

Durante o ENERI ESPM os seguintes temas serão abordados:

“Segurança para quem?” ; “Adversária para a Copa de 2014: o problema da infraestrutura no Brasil” ; “Multinacionais: o jeito brasileiro de fazer negócios” ; “Direitos Humanos: requisito para um Global Player” ; “A internacionalização dos estados e a paradiplomacia brasileira” ; “Um olhar de fora: o branding do Brasil” ; “A estratégia competitiva brasileira: o equilíbrio entre os desafios da indústria e os êxitos da agricultura” ; “Entre Global Player e Regional Leader: integração é chave para a liderança” e “BRICS”.

FESTAS

As festas do ENERI 2013 terão como temas: “BAILE DE MÁSCARAS ; WOODSTOCK ; VIAJANDO O MUNDO, e ocorrerão na boate Seringueira.

VALE À PENA?

O Encontro de Estudantes de Relações Internacionais é uma experiência fantástica, pela possibilidade de entrar em contato com estudantes de todas as regiões do Brasil. Dessa forma, estar em contato com pessoas de culturas diferentes, é uma vivência muito interessante. Ademais, o evento já é o maior Congresso Acadêmico de Relações Internacionais da América Latina. E, é claro, as festas são as melhores.

Em suma, o evento é merecedor de destaque. Caso você tenha interesse em participar e/ou obter mais informações, acesse: “<http://eneri.espm.br>”. 

O COSMOPOLÍTICO

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

UFF

CASViM

Centro Acadêmico Sergio Vieira de Mello

O Cosmopolítico

139 curtiram · 79 falando sobre isso

✓ Curtiu

✖

Revista

Periódico eletrônico da graduação de Relações Internacionais da Universidade Federal Fluminense (UFF), organizado pelo Centro Acadêmico Sergio Vieira de Mello (CASVM).

Sobre

Fotos

Leia na íntegra!

Site do CASVM

Opções "Curtir"

FIQUE POR DENTRO DAS PUBLICAÇÕES DO **COSMOPOLÍTICO** NAS REDES SOCIAIS



facebook.com/ocosmopolitico



twitter.com/ocosmopolitico



issuu.com/ocosmopolitico

ocosmopolitico.com

Interview*: NATO Russia Relations:



*“Gregor Konzack and Christian Franz interviewed Natalia Burlinova at the Munich Security Conference. Natalia Burlinova was part of the Munich Young Leaders Round Table of the Koerber Foundation. She talks about the problems Russia has with NATO enlargement and the new Europe-based missile defense shield and the possibility of Russia joining the NATO one day”.

Q - We are wondering if the new threats to global security which you wrote about in your PhD, such as terrorism, cyber security, or environmental degradation, create more commonalities between NATO and Russia.

A- I can say that relations between NATO and Russia are very difficult. Although we have already passed the spirit of the Cold War, we still have many disagreements. I would say we have a different perception of our world and of regional situations. As for common global threats such as terrorism, we support our allies and we support our friends. President Putin was the first to call President Bush after the attacks of September 11. Russia has a lot of terrorist attacks and regional instability in some parts of our country. So we are familiar with this and we understand all the consequences of this threat, which we are facing all together today. The second threat we are facing today is regional instability. We are observing many regional conflicts, especially in the Middle East, from Tunisia to Afghanistan; and simultaneously, the rise of extremism and radical religious movements. This is something that harms us all.

Q - Many NATO leaders are pronouncing that Russia should be incorporated into this missile shield and that it should become a common project. We are wondering whether the new missile shield is perceived as a threat to Russian security. What could NATO offer Russia, to make Russia appreciate this project?

A- This is a very old threat concerning our defense system. It was President Medvedev who suggested this missile defense system to our NATO colleagues; this was just before the NATO Lisbon Summit. I was a participant in the Young Leaders Meeting at the NATO Summit in Lisbon and I asked the General Secretary of NATO if they are ready to build a united missile defense system with Russia.

He said, “No, we are not because there is always the question, who is going to press the button. Americans, Russians or Europeans?”. As far as I see, Europeans are ready to give this right to their American colleagues and allies, but they are not ready to give this right to the Russian side. I understand why, but I also understand my country when we disagree with the situation in which we have no influence on this defense system within NATO since we are not a member. We don’t have any chance to influence this decision making process within NATO. This missile defense system preoccupies us a lot because we don’t believe this is against Iran. If this were about Iran, why do Americans and NATO need elements of this missile defense system in Japan and Canada? So if these elements are not against Iran, then against whom?

Q - Would it be possible then to give this control to another organization which includes both parties; like the OSCE for example? Do you think the OSCE could bridge this gap between NATO and Russia by taking a more active role in the European security architecture?

A- You mean the Organization for Security and Cooperation in Europe. Unfortunately I think this organization has already died. And it died in the beginning of the ‘90s because we missed the opportunity to develop this organization. First, it was a conference, and then it became an organization. We missed the opportunity to make this organization the real European base for security because the role of NATO has become so big after the collapse of the Cold War that everybody forgot about the OSCE.

Q - With the new US military strategy and their retreat from Europe, could this open new ways of cooperating with the European Union?

A- Russia expected the European Union to develop its own security system on the basis of the European Union, the so-called third pillar of security. But today we mostly see that Europeans decided to leave security questions to NATO. Today we had a chance to build a very strong cooperation with Europe within this European security system, but again we missed it. Russia cooperates with NATO in some aspects: We have a very good cooperation on Afghanistan and Russia does the NATO a big favor in terms of transit via the territory of Russia. But fully cooperating with NATO is a big issue for us because there is still a question of trust. As Minister Lavrov said today, we always should remember the Russian-American saying; 'Trust, but check'. This is part of our relations with the US from both sides.

Q - Now that the dependency on Russian oil has dropped from nearly 50% to 25% in the last few years, Russia is losing influence in Europe. Do you think the Russian Federation compensates for this loss through aggression towards its nearer neighbors, for example, as in the 2008 war with Georgia?

A- You combine very different things. As for our oil resources, it is a good thing that Europe is not so dependent on us anymore because it enables the Russian economy to be modernized. As a citizen of Russia, I don't want the economy of my country to be only dependent on oil and gas. I want it to be more productive. Now we start thinking about modernizing our economy and building it up on different bases. Why did you connect this oil and gas issue with the war in Abkhazia and South Ossetia?

Q - I thought of Russia losing influence in the international sphere.

A- But this conflict has nothing to do with losing influence. This conflict was about the reaction of Russia to the situation in the region. Georgia was not an importer or exporter of our oil and gas.

A- But this conflict has nothing to do with losing influence. This conflict was about the reaction of Russia to the situation in the region. Georgia was not an importer or exporter of our oil and gas.

Q - No, I thought about NATO expansion with a more western encirclement in Russia, simultaneously with the loss of western dependency on Russian oil.

A- The position of my country was to protect civilians in this region and we have an international report on the beginning of this war, of who started this war. This report was prepared by the European Commission, not by the Russian side. And we have a clear answer that the first step was made by President Saakaschwili, his step destroyed the stability in this region. Before this, Russia never insisted on the independence of Abkhazia or South Ossetia. We were mediators in the process of peace cooperation. We are against this NATO enlargement in terms of including new countries such as Georgia, Ukraine and Moldova because these are our closest neighbors. This means that NATO will have a border with Russia, as we already have in the north with the Baltic States. But this is a different issue because we are speaking about the Ukraine, Moldova and Belarus.

These are three countries which historically are very connected with Russia, and this is a question of history and geopolitics, not just about economic enlargement. We have integration processes by the current Russian government on the post-Soviet space. We have launched a customs union with Kazakhstan and Belarus, so economies were united. It is an obviously positive thing because in the period of the Soviet Union these economies were one, they were very interdependent and closely connected. And we have also launched the initiative of a Eurasian Union, the counterpart to the European Union.

Q - Most attempts to reconcile the European Union, the NATO and Russia have failed so far. Where do you think we will be in 2025? Do you think the rise of China will change the geopolitical situation to a point where there is no threat from Europe anymore?

A - I'm not Nostradamus, so I'm not able to predict all the threats which will appear in a few years. I strongly believe that Russia and NATO should cooperate. Who knows, maybe one day, Russia will become a member of NATO. The European Union is a different case: Russia keeps it sovereignty very strong. Joining the EU means giving a part of your sovereignty to Brussels, to the European Commission. Russia is not ready for that and we'll never be ready because we are a big power with a big territory. As for NATO, why not. Mr. Putin has already made statements about the possibility of Russia joining the NATO. We should not forget that Europe and Russia also are facing migration problems. And mostly these are the immigrants from the Muslim world, so if the Muslim world is getting radicalized, who knows what will happen in five years in Europe, in Germany and in Russia. I see the main threat in the future in religious extremism because that is what we observe in the Middle East and the North of Africa. We must be united in the face of this radicalism and must be ready to act and respond. 🌐

***Natalia Burlinova** is the President of the Public Initiative «Creative Diplomacy» (PICREADI). She did her Ph. D. Thesis in Political Studies on the topic "NATO in Afganistan (2003 - 2009): Problems of the Creation and Implementation of the Political Strategy". She is author and host of the analytical programs on Russian domestic and foreign policy "Internal Factor" and "External Factor", "Moscow Speaks" Radio Station. Natalia participates in Russian and international conferences on world politics and is the author of many publications concerning Russian foreign policy, NATO-Russian relations and NATO in Afghanistan. She was participant in the Munich Young Leaders Round Table 2012 of the Koerber Foundation. published in four languages - English, French, Chinese and Japanese. He considers himself as a citizen of the world, and has lived in Asia, Europe and the US. He has also written articles for the South China Morning Post, Hong Kong Tatler and Air China, and published two books on European History.

F°

This interview was originally published by Fair Observer™
Visit our partner website: www.fairobserver.com

Fair Observer™
make sense of the world

PATHS
OF
GLORYA FILM BY
STANLEY KUBRICK

Resenha do Filme “Glória Feita de Sangue”

Por Murilo Gomes da Costa*

Introdução

“Glória feita de sangue” (Paths of Glory) é um filme estadunidense de 1957, dirigido por Stanley Kubrick. A obra tem seu roteiro baseado no romance “Paths of Glory”¹ de Humphrey Cobb, que chegou a participar da equipe que adaptou a obra para o cinema.²

Ambientado no contexto da Primeira Grande Guerra, (1914 à 1918) e rodado na Bavária, na Alemanha, Glória feita de sangue tem a sua história centrada no ano de 1916 e trata dos dilemas dos militares que compunham a estrutura hierárquica dentro do exército francês naquele período de guerra.

Fica evidente no filme o forte antagonismo, que gera uma espécie de luta de “classes”, no qual, de um lado, há o alto escalão do exército habitando seus espaçosos “casarões” e frequentando luxuosas festas, e de outro, os oficiais de baixa patente e os praças apodrecendo nas trincheiras imundas e inseguras. Ademais, mostram-se os próprios conflitos existentes entre as diversas autoridades, no que se pode chamar de uma luta de “ego” dentro do exército francês.

Fica evidente no filme o forte antagonismo, que gera uma espécie de luta de “classes”, no qual, de um lado, há o alto escalão do exército habitando seus espaçosos “casarões” e frequentando luxuosas festas, e de outro, os oficiais de baixa patente e os praças apodrecendo nas trincheiras imundas e inseguras. Ademais, mostram-se os próprios conflitos existentes entre as diversas autoridades, no que se pode chamar de uma luta de “ego” dentro do exército francês.

Contexto histórico retratado no filme

Segundo o historiador Eric Hobsbawm, a Primeira Guerra Mundial assinalou o colapso da civilização ocidental do século XIX, marcado pelas acirradas tensões entre as potências imperialistas européias. Para ele, tratava-se de uma civilização “capitalista na economia; liberal na estrutura legal e constitucional; burguesa na imagem de sua classe hegemônica característica; exultante com o avanço da ciência, do conhecimento, da educação e também com o progresso material e moral”. Como “origem” da guerra, o também historiador Geoffrey Barraclough afirmou que os conflitos europeus da primeira metade do século XX “foram mais do que uma continuação dos conflitos europeus anteriores. A partir do final do século XIX, a Europa viu-se envolvida, simultaneamente, nos problemas herdados de seu próprio passado e num processo de adaptação a uma nova situação mundial; ambos esses aspectos de sua história devem ser devidamente considerados.”

¹ O nome do livro e, posteriormente, do filme foi inspirado em um trecho do poema de Gray's Elegy (1751): “The boast of heraldry, the pomp of power / And all that beauty, all that wealth ever gave / Awaits alike the inevitable hour: / The paths of glory lead but to the grave.” – Tradução livre: A ostentação das “medalhas”, a pompa do poder / E toda a beleza, toda a saúde já dada / Aguarda igualmente a inevitável hora: / Os caminhos da Glória levam a nenhum outro lugar que não à cova.

² Também participaram da roteirização Calder Willingham, Georg Krause, Ilse Dubois e Jim Thompson.

Análise Crítica

A obra cinematográfica do diretor Stanley Kubrick abre possibilidades para uma enorme gama de discussões. Dentre elas, ressalto os conflitos de interesses dentro do exército, a desvalorização da vida humana, representada pelo tratamento dos soldados, e, por fim, o egoísmo e a exacerbação da raiva dos superiores, que acarretam nas ações grotescas feitas em nome da disciplina e “moral” da tropa.

O conflito de interesses foi evidenciado pela força da hierarquia e pela ambição do general George Broulard (interpretado por Adolphe Menjou), vislumbrado com o status concedido pela alta posição.

Isso acabou por levar aquele considerado superior à tomar decisões e estimular seus subordinados a cometerem atos insanos para manter a sua reputação. Não há problemas se o seu comando inteiro morre, desde que o seu nome não seja manchado.

Essa situação é claramente mostrada durante o filme, quando o general Paul Mireau (George Macready), subordinado direto de Broulard, é convencido a enviar o regimento para avançar sobre a terra de ninguém³ e tomar a colina do Formigueiro. Mesmo com chances mínimas de sucesso, estava mais em jogo a promoção de Mireau e a reputação de Broulard do que o êxito dos soldados. Independente da vitória, a exposição da imagem do general Mireau facilitaria sua ascensão dentro do exército francês. Assim, ele designou ao coronel Dax, vivido por Kirk Douglas, o comando da invasão.

Após uma tentativa cruenta, que resultou na morte de quase toda a primeira leva de soldados, Mireau ordena o bombardeamento das trincheiras onde o restante da tropa permaneceu paralisada por se recusar a entrar na missão suicida. O capitão Rousseau, comandante da artilharia, também se recusa a cumprir as ordens do general, e só aceita que suas baterias sejam empregadas por assinatura expressa do general. E esse impasse, aliado à paralisia das tropas, marcou o fracasso da operação. Diante da desobediência, Mireau decide que 100 soldados sejam executados. Por pressão de Broulard e Dax, três soldados, escolhidos pelos seus superiores, são relacionados para perder as suas vidas em prol da disciplina e moral da tropa, e para que não se acabe com a reputação de um covarde general.

³ O tortuoso caminho que separa as trincheiras de cada lado era chamado de Terra de Ninguém (pelo fato de nenhum dos exércitos assegurar sua posse definitiva). Ali, os soldados que tentavam conquistar metros do terreno eram alvos fáceis dos bombardeios da artilharia inimiga e dos tiros da infantaria escondida nas trincheiras.

Em outra cena, o general Broulard chama o coronel Dax (Kirk Douglas) para uma rápida conversa em sua sala, durante uma festa de gala. O general fala mais uma vez sobre a importância da corte marcial como forma de aumentar a coesão da tropa. Parte do diálogo, eu transcrevo abaixo:

“Talvez o ataque à colina do “Formigueiro” fosse impossível. Talvez tenha sido um equívoco nosso. Por outro lado, se seus homens ousassem mais, conseguiriam. Quem sabe? Em todo caso, por que devemos ser mais criticados do que o necessário? Agora que muitos de seus homens não saíram das trincheiras. Há o moral da tropa, não se esqueça(...) e essas execuções serão tonificantes para todos. Existem poucas coisas mais encorajadoras e estimulantes do que ver outro morrer (...). Soldados são como crianças. Uma criança quer um pai firme. Soldados anseiam por disciplina. A forma de mantê-la é executar alguém de vez em quando.”

Broulard justifica a morte de forma leviana, concentrando a sua causalidade na disciplina e no aprendizado que o restante da tropa terá ao ver seu irmão da tropa morrendo. O que importava a esse oficial, assim como para o general Mireau, era apenas o que a conquista da colina poderia oferecer à sua carreira, independente dos custos.

Convém ressaltar que por trás de toda uma imagem pomposa dos altos escalões do exército contrastadas com as cenas de atrocidades humanas cometidas num período de guerra, ainda há resquícios de humanidade e do sentimentalismo humano.

Kubrick retrata isso muito bem na personagem do coronel Dax, que possuía uma preocupação constante com a vida de seus soldados. Em uma passagem marcante na cena em que ocorre o julgamento dos três homens escolhidos, Dax faz as suas considerações finais e mostra-se descrente com o resquício de humanidade existente naqueles que seriam lembrados como grandes homens ao término da guerra, caso ela fosse vencida pela França e seus aliados:

“O ataque de ontem não manchou a honra da França, nem desonrou os bravos soldados desta nação. Mas esta corte-marcial é essa mancha e essa desonra. A acusação feita a esses homens escarnece da justiça humana. Senhores desta corte, julgar esses homens culpados seria um crime a assombrá-los todos vocês pelo resto da vida. Não acredito que o impulso humano mais nobre, a compaixão pelo próximo, possa estar morto de todo. Assim, humildemente lhes peço: mostrem compaixão por esses homens”.

E, por fim, a grande “sacada” do diretor quanto à essa questão ocorre no desfecho do filme, quando uma jovem alemã, interpretada por Suzanne Christian, assustada e muito acuada então, em uma suave voz, uma canção⁴ de seu país, que aos poucos, resgata a humanidade nos soldados. Com uma expressão artística carregada de sentimentalismo foi possível fazer com que aqueles soldados, já endurecidos pelo tempo e por tudo aquilo que enfrentam, relembressem que são, acima de tudo, seres humanos.

⁴ “The Faithful Hussar”, em Alemão, “Der treue Husar” – é uma canção folclórica alemã, do ano de 1825: “A faithful soldier, without fear/He loved his girl for one whole year/For one whole year and longer yet/His love for her/ he’d ne’er forget/This youth to foreign land did roam/While his true love, fell ill at home/Sick unto death, she no one heard/Three days and nights she spoke no word/And when the youth received the news/That his dear love, her life may lose/He left his place and all he had/To see his love, went this young lad/He took her in his arms to hold/She was not warm/ forever cold./Oh quick, oh quick, bring light to me/Else my love dies, no one will see/Pallbearers we need two times three/Six farmhands they are so heavy/It must be six of soldiers brave/To carry my love to her grave/A long black coat, I must now wear/A sorrow great, is what I bear/A sorrow great and so much more/My grief it will end nevermore”.

Visão e influências de Stanley Kubrick

Kubrick vislumbrou desconstruir o conceito de que a guerra é constituída basicamente pelo conflito entre dois exércitos inimigos, no qual se busca lutar para eliminar o adversário. Ele o faz, mostrando em seu filme, que muitas vezes os conflitos internos de um exército podem ser tão prejudiciais quanto a própria guerra em si. Ele visa mostrar, então, que em uma guerra não haverá de fato a união de todos para vencer o inimigo. Porque uma também envolve um grande jogo de interesses.

No tocante às suas influências, ele carrega uma bagagem literária com escritores como: Sigmund Freud, Franz Kafka, Carl Jung, Ernest Hemingway, Joseph Conrad, Vladimir Nabokov, Homero, Immanuel Kant, Jean Paul Sartre, dentre outros. Kubrick mantém nesse filme a “linha” já utilizada nas suas outras produções, em que ele faz adaptações de romances e curtas histórias para as telas do cinema. Esse filme, em especial, foi baseado no livro “Paths of Glory” de Humphrey Cobb, e ele e Kubrick participaram diretamente da produção do roteiro.

Além disso, muito do material usado no filme veio a ele indiretamente, de livros, jornais e conversas com seus amigos sobre tópicos variados. Assim que encontrou esse assunto que tanto interessava, Stanley “devorou” todo o material relevante que encontrou e prosseguiu em seu processo de criação.

Impactos da Obra

“Glória Feita de Sangue” foi considerado um sucesso modesto, apesar de ter concedido ao Kubrick aclamadas críticas. O lançamento do filme em partes da Europa foi controverso. Apesar do filme não ter sido totalmente proibido na França, o governo francês e as associações dos antigos combatentes franceses e belgas pressionaram fortemente os estúdios “United Artists”, que eram os distribuidores do filme na Europa, através de vias diplomáticas, a fim de impedir a liberação do filme. Por fim, o filme não foi submetido à censura, contudo, devido às pressões, os produtores do filme decidiram não distribuí-lo. Na Alemanha, o filme só foi exibido dois anos após o lançamento oficial, para que fosse evitado qualquer problema no relacionamento com a França. Somente 18 anos mais tarde, no ano de 1975, o filme foi finalmente exibido na França. A Espanha, sob o regime de Francisco Franco, censurou oficialmente a obra devido ao seu conteúdo “anti-militarista” e o filme só foi lançado lá no ano de 1986, onze anos após a morte do ditador.

Diante do que foi exposto, compreende-se o quanto pode-se extrair de uma obra cinematográfica que parece tão simples, mas que na sua simplicidade abarca temas que ainda hoje podem ser notados e discutidos. Enfim, tem-se em vista que as heranças e mazelas do que foi discutido, no decorrer desta resenha, podem servir para estudar o que ocorre e o que ocorreu em instituições militares.

*Murilo Gomes da Costa é graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense, integrante da rede de pesquisa Observatório das Nacionalidades, pesquisador no do Grupo de Relações Internacionais, Direito e Informação (GRIDI), membro do colegiado do Centro Acadêmico Sergio Vieira de Mello (CASViM) e Editor Chefe do periódico “O Cosmopolítico”. 

Referências Bibliográficas

ARBEX, José Jr. Guerra Fria: terror de Estado, política e cultura. São Paulo, Moderna, 1997.
BARRACLOUGH, Geoffrey. Introdução à história contemporânea. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

HOBSBAWN, Eric. A era dos impérios (1875-1914). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

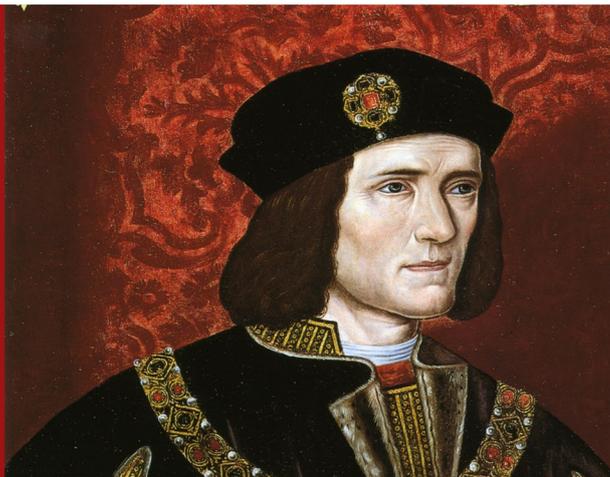
RODRIGUES, Luiz César B. A Primeira Guerra Mundial. São Paulo. Atual; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

<http://en.wikipedia.org/wiki/Paths_of_Glory> Acesso em: 10/04/2012

<http://fr.wikipedia.org/wiki/Les_Sentiers_de_la_gloire> Acesso em: 11/04/2012

<http://en.wikipedia.org/wiki/The_Faithful_Hussar> Acesso em: 12/04/2012

<http://histoblogsu.blogspot.com.br/2009_07_01_archive.html> Acesso em 12/04/2012



Resenha da obra “A tragédia da política em Ricardo III”¹

Por José Renato Ferraz da Silveira**
Juliana Graffunder Barbosa***

Na obra *A tragédia da política em Ricardo III*, de José Renato Ferraz da Silveira, como aludido no prefácio pelo professor Miguel Chaia, observamos que a política é uma atividade tipicamente humana caracterizada pelo binômio: motivação pelo poder e a inevitabilidade do conflito. Surge daí, uma das novidades da nova perspectiva de compreensão da política, ou seja, o reconhecimento da permanência do conflito. Caracterizar, portanto, a política moderna ou contemporânea é entendê-la como jogo de forças opostas resultantes dos inconciliáveis desejos humanos. Tal “choque de interesses” evidencia o caráter trágico do jogo político – a ascensão e queda.

A política, dessa maneira, é vista com ideias e premissas realistas: a) visão pessimista da natureza humana; b) convicção de que a política é necessariamente conflituosa; c) a tragédia da política está sempre presente no jogo e da disputa pelo poder; d) coalizões e intrigas palacianas são instrumentos da conquista e da manutenção do poder; e) a conquista pelo poder é um traço marcante da política moderna, principalmente pela via criminosa e atroz.

A política, portanto, é uma arena de rivalidade, conflito e guerra, em que os homens defendem seus interesses e buscam garantir a sua sobrevivência nos diversos embates da política do poder. Na abordagem de Silveira sobre Shakespeare, coexistem continuidade e ruptura, um espaço que a ordem e a harmonia, simultaneamente, constitui-se pela presença do acaso e pela necessidade de evitar o que, na verdade, é inevitável. Tais paradoxos e conflitos agônicos estão sempre presentes nas peças de Shakespeare. E uma peça que expressa a tragédia da política é Ricardo III. A obra *Ricardo III* – em análise – por Silveira nos revela o titânico encontro entre arte e política. O autor busca demonstrar e interpretar a política no seu significado polissêmico. E, sem dúvida, através da literatura elucida questões das lutas pelo poder. Ao ampliar as fronteiras do conhecimento e agregar novas potencialidades para a área da Ciência Política, Silveira fundamenta seu estudo em duas direções que se complementam: a análise interna da obra *Ricardo III* de William Shakespeare; e a análise externa, estudo histórico, discutindo os acontecimentos concretos que envolveram Ricardo III.

perscrutar a área da política e oferecer ao leitor as potentes pulsações dos indivíduos que exercem atividades de governo e, também, as surdas movimentações das conjunturas relacionadas ao poder” (CHAIA apud SILVEIRA, 2012, p. 13).

Silveira nos mostra que na obra *Ricardo III*, testemunhamos a selvageria pessoal e a brutalidade das batalhas. Indivíduos e sociedades que estão em permanente luta, “o que gera a orgânica reciprocidade entre política e guerra” (CHAIA apud SILVEIRA, 2012, p. 14).

Cabe observar a criatividade e a articulação em torno do conceito de “tragédia da política” ou “política como tragédia”. Essa ideia elucida a trajetória de ascensão e queda de Ricardo III e aponta tanto para as possibilidades e entraves da política. Como afirma Chaia (2012, p. 16): “ela supõe que a política é um reino portador de carga de negatividade para o indivíduo e para o coletivo, ao mesmo tempo em que é uma esfera de viabilidade para a vida em sociedade. Assim, mesmo que a política, como invenção, venha a atender às necessidades dos indivíduos e das sociedades, a sua realização também pode ser danosa para essas entidades. Tais paradoxos estão sempre presentes nas peças de Shakespeare e José Renato tira bom proveito dessa tensa dimensão da vida social”.

O conceito de política como tragédia – central nesta obra – aponta para a incerteza, a imprevisibilidade e o descontrole como fatores das conjunturas políticas. Numa tradição que engloba Nietzsche e Maquiavel, Hobbes e Marx, “a política como tragédia aponta para a insuficiência das práticas políticas e clarifica que o governante (ou o indivíduo) não tem controle absoluto das suas ações” (CHAIA apud Silveira, 2012, p. 16).

O livro trata do potencial com que a política pode contribuir ou impedir a melhoria da condição humana e que o poder político permeia as relações humanas e sociais de forma intensa e, por vezes, devastadora, o que na leitura atenta de Jean-Marie Domenach, todos somos, ao mesmo tempo, vítimas e culpados, ao estarmos imersos no mundo da política. 🌐

¹ o autor do livro é José Renato Ferraz da Silveira. A obra foi lançada no dia 10 de novembro de 2012, na Athena Livraria.

* José Renato Ferraz da Silveira é professor e coordenador do curso de Relações Internacionais da UFSM. É líder pesquisador do Núcleo Prisma (Pesquisas em Relações Internacionais de Santa Maria). jreferraz@hotmail.com.

**Juliana Graffunder Barbosa é graduanda em Relações Internacionais pela UFSM. É pesquisadora do Núcleo Prisma (Pesquisas em Relações Internacionais de Santa Maria). jugraffunder@hotmail.com

The background is a monochromatic green illustration. It features a central grid of faces, some of which are partially obscured by a book titled 'The Stranger' by Albert Camus. To the right, there is a can of Mountain Dew. The overall style is reminiscent of Escher's tessellations.

ARTIGOS CIENTÍFICOS

A PAZ DE VESTFÁLIA E O DIREITO INTERNACIONAL

por Rita Feodrippe

INTRODUÇÃO

As relações internacionais sempre estiveram tentadas a explicar ou conduzir a transformação da ordem política associada ao fim das guerras. Comumente, ao abaixar das armas, as grandes potências se reúnem em conferências de paz, que constituem momentos de construção constitucional¹ (IKENBERRY, G. ALMEIDA, J. *After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order after Major Wars*, 2001). A Paz de Vestfália configurou-se num desses momentos e seu estudo costuma ser considerado o marco fundamental no curso da política internacional.

Em fins de 1648, uma concepção legítima de hegemonia triunfou, respeitando a diversidade política e ideológica. Os Estados europeus, em especial a França, adotaram uma postura anti-imperial, consagrando o direito ao território e à liberdade religiosa. Era a abertura oficial para a consolidação de poder das monarquias absolutistas.

Os termos da Paz de Vestfália e da ordem internacional que se seguiu à Guerra dos Trinta Anos demonstram a influência de ideologias políticas existentes na formação da sociedade internacional moderna. Através dessas ideologias, instituições como as conferências multilaterais, o direito das nações, o equilíbrio de poder e a doutrina da guerra justa foram legitimadas?² (ALMEIDA, J. *Uma Teoria Constitucionalista da Ordem Internacional*, 2004).

Até a primeira metade do século XX, a guerra, justa ou não, era juridicamente lícita, sendo seus termos garantidos pelo direito clássico da guerra (*jus in bello*). Tal consistia num conjunto normativo que, no domínio do direito das gentes, era válido e recomendável para a resolução de conflitos entre Estados.

O direito à guerra (*jus ad bellum*) referendava a justiça de se declarar guerra, cujo princípio é ainda hoje tolerado, em foros internacionais, pelo direito internacional contemporâneo. São dois os casos permitidos: em legítima defesa contra uma agressão armada e na luta pela autodeterminação contra a dominação (REZEK, F. *Direito Internacional Público: curso elementar*, 2010).

O objetivo deste artigo é analisar o conflito da Guerra dos Trinta Anos e sua resolução (Tratado de Vestfália). Complementando o texto, apresentar-se-á um estudo que estabeleça paralelos entre o direito internacional clássico (aplicável quando do desdobramento do fato) e o direito internacional contemporâneo, cuja formação é notadamente marcada pela herança dos acontecimentos jurídicos e políticos resultantes do respectivo Tratado.

ESTUDO DE CASO

A Guerra dos Trinta Anos dividiu-se em diversas batalhas ocorridas simultaneamente e envolveu um número considerável de atores nacionais diferentes. Quando conquistar implica tomar porções territoriais, entra em questão o direito dos Estados, ou mesmo de governantes, em exercer sua autoridade sobre regiões que lhes pertençam.

Denomina-se Guerra dos Trinta Anos a série de guerras realizadas entre nações europeias de 1618 a 1648, que ocorreram principalmente em território germânico. Costumam-se apontar como causas da guerra as rivalidades religiosas entre católicos e protestantes, e as disputas dinásticas, territoriais e comerciais que as acompanharam.

Embora as disputas religiosas tenham sido componente catalisador da guerra, papel importante foi o da luta pela afirmação de poder das monarquias, e os conseqüentes conflitos pela hegemonia da Europa. O fim oficial das hostilidades é considerado a partir da assinatura dos diversos tratados em 1648 que, chamados em bloco de Paz de Vestfália, encerraram a Guerra dos Trinta Anos.

TRATADO DE VESTFÁLIA

A Paz de Vestfália, também conhecida como Tratados de Münster e Osnabrück, foi negociada durante três anos por representantes católicos e protestantes, reunidos, respectivamente, em Münster (primazia francesa) e em Osnabrück (primazia sueca). Ainda que as conversações de paz tenham sido iniciadas em 1644, os dois primeiros tratados assinados foram entre Espanha e Países Baixos, em 30 de janeiro de 1648 (Tratado Hispano-Holandês, que pôs fim à Guerra dos Oitenta Anos), e entre o Sacro Império, outros príncipes alemães, França e Suécia, em 24 de outubro de 1648. Ambos os documentos concluídos nessas cidades da Vestfália foram reunidos no Ato Geral de Vestfália, em Münster, na data de 24 de outubro de 1648. A eles, costuma-se somar o Tratado dos Pirineus, de 1659, que encerrou a guerra entre França e Espanha, iniciada ainda no ínterim da principal guerra considerada.

O Tratado de Vestfália ratificou as cláusulas do Tratado de Augsburg, de 1555, que versava sobre a liberdade de culto a calvinistas, protestantes e católicos. A chamada Paz de Augsburg estabeleceu, no ano de sua assinatura, a tolerância oficial aos luteranos pertencentes ao Sacro Império. Ele consistiu na aplicação da política de *cuius regio, eius religio*, em que a religião do príncipe de uma região deveria ser a adotada pelos súditos. O evento aliviou a tensão no império, uma vez que, aos moradores de regiões cuja religião fosse contrária a sua, era facultada a transferência para cidades que lhes conviessem. Desta forma, as divisões religiosas estabelecidas criaram fragmentações políticas seculares no território alemão.

Os princípios mais importantes aplicados em Vestfália foram a incorporação da Paz de Praga, junto à de Augsburg; a rescisão do Édito da Restituição (tentativa de restabelecer o entendimento religioso e territorial pós-Augsburgo); o reconhecimento aos calvinistas e seu direito de prática religiosa; ajustes de territórios, em que a França adquiriu dioceses e a área da Alsácia, enquanto a Suécia, além de dioceses, obteve o controle da desembocadura de rios no norte europeu; direito de voto adquirido pela França e pela Suécia para intervir na Dieta Imperial alemã; o reconhecimento completo das independências da Suíça e da República das Sete Províncias dos Países Baixos; e a divisão do Palatinado entre protestantes e católicos. Além disso, estipulou-se o direito dos estados alemães independentes, que eram por volta de 360, em conduzir sua própria política externa, desde que sem declaração de ato de guerra ao Sacro Império. Este, no entanto, manteve seu direito de fazer guerra e celebrar tratados.

¹Tese desenvolvida por IKENBERRY, G. John apud ALMEIDA, João Marques. *After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order after Major Wars*. Princeton University Press, 2001.

²João Marques de Almeida em artigo para o Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI), *Uma Teoria Constitucionalista da Ordem Internacional*.

³REZEK, José Francisco. *Direito Internacional Público: curso elementar*. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

A maior parte do tratado pode ser atribuída ao trabalho do Cardeal Mazarino, que à época era o governante de fato da França (Richelieu havia falecido em 1642). O Cardeal ditou grande número de artigos do tratado, assinando-o em nome de seu país. Como expressão da *raison d'état* francesa, que considerava a existência de um Estado coeso e forte no centro da Europa uma ameaça ao poderio francês, Mazarino escreveu o tratado de forma a confirmar a fragmentação do território alemão. Os direitos dos principados regionais germânicos foram fortalecidos, em prejuízo à execução de poder do imperador germânico naquela região. Aos principados foi permitido participar das decisões sobre guerra e paz, impostos e leis que dissessem respeito ao chamado Sacro Império Romano Germânico. Os príncipes poderiam, além disso, selar alianças com potências estrangeiras, desde que elas não colidissem com os interesses do império.

A garantia pela Paz de Vestfália coube a França e Inglaterra, cujo aval era necessário para a modificação de qualquer determinação do tratado. Devido à presença dos votos francês e sueco na Dieta germânica, esta não podia se emancipar livremente, estando sob observação das monarquias circundantes, que saíram favorecidas com o fim da guerra.

RESULTADOS DA GUERRA

A Guerra dos Trinta Anos alterou o equilíbrio de poderes na Europa, a partir da redefinição de fronteiras e cerceamento de ambições. A diplomacia e os exércitos franceses forçaram os Habsburgos a se concentrarem em territórios austríacos, impelindo sua expansão para o lado do Império Turco. Como árbitro do equilíbrio internacional, a França conseguiu ganhos territoriais, emergindo, além disso, como poder terrestre dominante na Europa. A Suécia ampliou seu controle sobre áreas alemãs, dilatando seus domínios para fora da Escandinávia. A Espanha viu retirado de si o domínio dos Países Baixos, cuja independência foi reconhecida, e de outras áreas estratégicas. A formação da República da Holanda foi acompanhada pela da Suíça, assim como a de outras nações europeias.

Outro aspecto importante do fim da guerra refere-se à contínua fragmentação da Alemanha, cujos Estados regionais se tornaram sujeitos soberanos, participando ativamente da política europeia de poder. Segundo Matthias von Hellfeld (2009), sob a perspectiva alemã do Tratado de Vestfália, “[...] [a Paz] significou a dissolução da antiga ordem imperial e permitiu o crescimento de novas potências em suas partes componentes”, continua ele, “reconhecido como fundamento da constituição alemã, o tratado formou a base de todos os acordos seguintes até o desaparecimento definitivo do império [germânico] em 1806.”

Assim, a política externa europeia se viu definitivamente alterada quando do advento da Paz de Vestfália, considerada um marco da diplomacia moderna. O documento iniciou o sistema moderno do Estado-nação ao reconhecer, pela primeira vez, a soberania de cada um dos Estados envolvidos no conflito. As posteriores guerras giravam em torno de questões de Estado, não mais de religião. Potências católicas e protestantes poderiam, então, se aliar, provocando desdobramentos inusitados no alinhamento dos países europeus. Era o início da estrutura europeia de poder, desenvolvido ao longo dos séculos XVII e XVIII, e oficializada pelo Congresso de Viena, quando do fim das guerras napoleônicas em 1815.

APLICAÇÃO DO DIREITO CLÁSSICO DESCRIÇÃO TRATATIVA

Através da leitura do Tratado de Vestfália, na íntegra, podem-se destacar alguns elementos que permitam compreender de que forma o direito clássico estipulava a confecção de tratados de armistícios na época considerada (século XVII). Um dos propósitos apresentados logo no início do Tratado diz respeito a pensamentos de uma Paz universal (Tratado de Vestfália), a partir do qual as partes se propuseram a participar do encontro, em concordância e compromisso mútuo.

A mediação e a interposição entre as partes foram realizadas pelo embaixador e senador de Veneza, Aloísio Contarini, que se inclinou, num espaço de tempo de cinco anos, a ser mediador dos assuntos, agindo, segundo o próprio documento, com grande Diligência e um espírito inteiramente imparcial (Tratado de Vestfália). A comunicação com o embaixador foi feita através de cartas e comissões, cujas cópias foram disponibilizadas ao final do Tratado.

Estavam presentes, e consentiram com o armistício, eleitores do Sacro Império, outros príncipes e Estados. Suas decisões e concordâncias foram feitas em busca de uma paz universal e cristã, glorificando a Deus e em benefício da cristandade. Garantiu-se o livre exercício de religião, demonstrando o papel da Igreja nas decisões finais de guerra.

Falava-se em amizade perpétua, verdadeira e sincera entre os contendores e seus aliados, através do esquecimento, da anistia e do perdão perpétuo a todas as barbáries cometidas desde o início do conflito. Além disso, os artigos cuidavam da divisão territorial advinda da guerra, mediante concordância tanto da parte receptora da área quanto da doadora.

Havia menção, ainda, a um artigo de segurança, que proibia um Estado de apoiar futuros inimigos do outro, fosse através do fornecimento de armas, dinheiro, soldados ou munição. A paz concluída deveria ser mantida mesmo à força. Todas as partes que assinassem o Tratado estariam obrigadas a defender e proteger todos, e cada um, dos artigos escritos contra qualquer Estado ou governante, sem distinção de religião.

Todos os contratos, trocas, transações, obrigações ou tratados feitos mediante coação e ameaças deveriam ser anulados. Especificamente, a controvérsia com relação à Lorena poderia ser resolvida de três formas: através da apresentação do caso a árbitros nomeados por ambos os lados; pela conclusão estabelecida em tratado entre França e Espanha, ou por outros meios amigáveis.

Quanto ao aspecto da soberania, característica fundamental da Paz de Vestfália, todos os eleitores, príncipes e Estados do Sacro Império tinham seus antigos direitos estabelecidos e confirmados, a partir da garantia de prerrogativas, liberdades, privilégios e livre exercício do direito sobre território. No entanto, a criação ou interpretação das leis, assim como declarações de guerras, imposição de taxas, recrutamento de soldados e construção de novas fortificações por um principado, deveriam passar pelo consentimento de assembleia em que se fizessem ouvir todos os outros estados do Império. As cidades alemãs eram, além disso, livres para fazer alianças com estranhos em prol de sua preservação e segurança, desde que não se colocassem contra o imperador ou contra a paz pública estabelecida pelo Tratado.

⁴ Essa ressalva permite observar o desejo de que o território germânico fosse fragmentado, mas não destruído. Ou seja, pretendia-se que em conjunto o Sacro Império não acumulasse força ou poder suficiente para alterar o equilíbrio imposto pela França. Porém, era desejável que ele tivesse, ainda, capacidade para subjugar inimigos escandinavos ou orientais, visto que, se completamente enfraquecido, o império não poderia garantir a retenção da área, tornando a Europa Central um campo de batalha territorial, exigindo esforço econômico e militar da França.

⁵ Fala-se em poderes, e não poder, pois o sistema internacional europeu, da época, não estava formado, tampouco era único, existindo diversas formas de análise da política dos Estados.

⁶ Esta política envolvia as atuações de França, Inglaterra, Espanha, Rússia e Império Otomano, principais atores políticos do século XVII. A monarquia francesa, peça fortalecida após a Guerra dos Trinta Anos, guiava-se pela *raison d'état*, expressa pelas ações de Richelieu e cujo ápice ocorreu no governo de Luís XIV.

³ REZEK, José Francisco. Direito Internacional Público: curso elementar. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

Com relação à validação da decisão arbitral, se uma das partes demandasse, no espaço de seis meses depois da publicação da Paz, uma revisão do processo, os Atos de Justiça deveriam ser revistos e ponderados numa Corte apropriada, de acordo com as formas ordinárias ou extraordinárias usadas pelo Império. Ao final da revisão, os juízos poderiam ser confirmados, reparados ou extintos, quando em caso de nulidade.

O final do documento estabelecia que a sentença do juiz devesse ser posta em execução, independentemente da condição estatal (princípio de igualdade jurídica) e aqueles que, por subscrição do embaixador ou deputado, representassem Estados que se abstivessem de assinar e ratificar o Tratado, estariam não menos obrigados a manter e observar o conteúdo de pacificação.

ANÁLISE DOS ELEMENTOS UTILIZADOS

Considera-se que a Paz de Vestfália tenha inaugurado o sistema internacional moderno, ao acatar noções e princípios de soberania estatal, Estado-nação e igualdade jurídica dos Estados. O Tratado acolheu muito dos ensinamentos de Hugo Grócio (1583-1645), jurista holandês considerado o pai do direito internacional. Sua obra máxima, *De Jure Belli Ac Pacis*, foi publicada em 1625, em Paris, amadurecendo sua doutrina até a data do encontro em Münster (CHARÃO, R. *Direito Internacional – A Paz de Vestfália*, 2008). Tais princípios de acordos entre países, marcados na ocasião, foram utilizados, posteriormente, pela diplomacia e pelo direito internacional.

A novidade trazida pela Paz foi que, pela primeira vez, Estados europeus se reuniram para tratar dos destinos do continente como um todo, assumindo conjuntamente a responsabilidade pela Europa. Visões atuais dizem que em Münster e Osnabrück realizou-se, naquele momento, uma espécie de conferência visando ao equilíbrio (em termos modernos, segurança) e à aliança (atualmente, cooperação) no continente (HELLFELD, M. *Paz de Vestfália põe fim à Guerra dos Trinta Anos*, 2009). A nova ordem passou a ser garantida pelas grandes potências, expressas por suas monarquias, e o poder do Estado sobrepujou o da Igreja.

O conjunto de diplomas que inaugurou o imperativo da paz, embora surgido em decorrência de longa série de conflitos generalizados, trouxe a noção embrionária de que uma paz duradoura derivava de um equilíbrio de poder. Esta idéia foi aprofundada com o Congresso de Viena (1815) e com o Tratado de Versalhes (1919), repercutindo, inclusive, nas grandes guerras do século XX.

CONCLUSÃO

Não há como falar em direito internacional contemporâneo sem abordar, antes, o direito internacional clássico. Um constitui etapa fundamental do outro e, embora alguns princípios figurem como criação moderna, muitos são herdeiros de doutrinas clássicas, utilizadas por séculos de forma convencional, ainda que não oficial. Outros conceitos evoluíram conforme adaptação à ordem internacional vigente, sendo que a estrutura de poder político se encontra sob constante transformação. Durante o século considerado, a guerra era, ainda, uma alternativa lícita de resolução de conflito. Como mecanismo de ajuste territorial e dinástico, o embate entre Estados, ou entre membros estatais, incluía diversos acontecimentos simultâneos cujo objetivo, embora alcançado pela força, era ratificado pelo consenso. Assim, exércitos e corpos diplomáticos possuíam importância equivalente no trato das divergências.

⁹CHARÃO, Rodrigo. *Direito Internacional – A Paz de Vestfália (resumo de tese)*. 2008.

¹⁰HELLFELD, Matthias Von. Artigo para a DW-World.de intitulado *Paz da Vestfália põe fim à Guerra dos Trinta Anos*. 2009.

A partir do século XIX, observou-se a escritura do direito da guerra, incluindo seu desfecho. Desta forma, o que se presencia durante a assinatura do Tratado de Vestfália é uma mistura de opções diplomáticas, políticas e jurídicas, sem que seja possível separá-las em seus aspectos principais.

Assim, a justiça, embora defendida em todo corpo do Tratado, encontrava-se do lado de um dos beligerantes (o ganhador), nomeadamente a França. Ora, de que forma se pode considerar um tratado neutro a ambas as partes, se uma delas teve notável influência em sua confecção? Não se pode negar que haja elementos jurídicos no processo, como a existência de um mediador (com atribuição de juiz, visto que sua sentença é considerada executória), as garantias de anistia aos perdedores e a possibilidade de diálogo.

A diferença, básica, incide sobre o fato de que uma das partes da contenda era, também, vitoriosa, exigindo tratamento privilegiado quando do processo decisório. O advento do encontro, que não foi sinônimo de conferência, serviu para estabelecer o lado perdedor e o vencedor, estipulando direitos e deveres para os dois. Ao fortalecer as noções estatais de soberania e poder, ao mesmo tempo em que se dedicava a instituir elementos de igualdade jurídica, a Paz de Vestfália criou um campo aberto e amplo de discussão acerca da aplicação do direito nas relações internacionais.

As principais críticas ao sistema vestfaliano são atuais, e acusam sua ordem original de ter considerado irrelevantes os princípios da humanidade e da democracia. Para Javier Solana, secretário geral da OTAN em 1998, “[...] o princípio da soberania do qual o sistema dependia também produzia as bases para a rivalidade, não uma comunidade de Estados; exclusão, não integração” (SOLANA, J. *Securing Peace in Europe*, 1998).

Sem dúvida, o episódio pode ser visto como marco inicial de uma nova ordem internacional, calcada no equilíbrio de poder e suportada pelo incipiente interesse nacional das monarquias que se constituíam à época. A riqueza de Vestfália está em desvendar estruturas ancestrais de comportamento político, ao passo em que promove discussões jurídicas sobre o tratamento e a condição dos Estados nacionais. Base dos atuais instrumentos do direito internacional, em seu aspecto humanista, libertário e justo, os efeitos do evento analisado são, também, empecilhos ao funcionamento pleno deste mesmo direito. ☹

* Rita Feodrippe é Estudante de Relações Internacionais na Universidade Federal Fluminense. Possui interesses acadêmicos em História das Relações Internacionais e Análise de Discursos. Pesquisadora na Fundação Casa de Rui Barbosa, com pesquisa no campo “Direito Internacional: organismos multilaterais no início do século XX”.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, João Marques. *Uma Teoria Constitucionalista da Ordem Internacional*. Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI). Revista Online, 2004. Disponível em: <<http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=5&ida=35>>. Acesso em: 27 nov. 2010.

CARNEIRO, Henrique. *Guerra dos Trinta Anos*. In: MAGNOLI, Demétrio. (Org.) *História das Guerras*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 163-189.

MACEDO, Paulo Emílio de. *Hugo Grócio e o Direito: O Jurista da Guerra e da Paz*. Editora Lumen Juris. 1ª Edição. 2006.

REZEK, José Francisco. *Direito Internacional Público: curso elementar*. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

SOLANA, Dr. Javier; Secretário Geral da OTAN. *Securing Peace in Europe*. In: SIMPÓSIO SOBRE A RELEVÂNCIA POLÍTICA DA PAZ DE VESTFÁLIA, 12 nov. 1998, Münster.

TREATY OF WESTPHALIA: *Peace Treaty between the Holy Roman Emperor and the King of France and their respective Allies*. The Avalon Project, Yale Law School. Disponível em: <http://avalon.law.yale.edu/17th_century/westphal.asp>. Acesso em: 27 nov. 2010.

¹¹SOLANA, Javier durante Simpósio sobre a Relevância política da Paz de Vestfália. 1998.

The Defining Tenets of Political Marxism

por Pedro Lucas Dutra Salgado *

Marxism, for a start, is a theory applicable to a great variety of fields of social inquiry. In other words, political science, sociology, anthropology, history, international relations, economy, geography, all have their own scholars who draw their basic assumptions from the work of Karl Marx. As a consequence, the broad definition of Marxist theory is in itself a huge field of studies. Even if we consider each academic discipline separately, it can easily be seen that their interdisciplinarity is so intense that it is still not possible to talk of Marxism as a whole. In such a small-scoped essay, it is a virtually impossible task. What shall be done, then, is to pick up a few influential Marxist scholars in the field of International Relations, and show how each one of them base their work on the others', sharing a same core set of assumptions.

As said before, the diversity of research in Marxism is enormous, which give lots of options for such a choice. For example, the work of the Leninist school with its particular understanding of imperialism, or the Neo-Gramscians' and their focus on hegemony building¹. Still, the choice made reflects the most solid attempt in returning to classic historical materialism in our days. The present essay will focus on a branch of Marxism that can be traced back to Brenner's critique of 'Neo-Smithian Marxists' reaffirming the central importance of the advent of a specific set of property relations to the rise of capitalism. Hence, he brings the focus to the issue of the starting point of capitalism as being strictly dependent on that particular class configuration, and argues that the first place where it had a chance to develop was in British agriculture.

Justin Rosenberg builds on Brenner's work, taking his historical approach of the origin of capitalism to derive from that an account of the origin of the modern state, and the modern states-system. He sees as a capital point in this rise of modernity the separation between the economic and the political, or private and public spheres, the market and the state; which then goes on to affirm the existence of the 'imperialism of civil society', in opposition to the more traditional state-driven view of imperialism. At last, he uses this theoretical framework to deconstruct the idea of an anarchical state-system, which is one of the main starting points of the Realist and Neo-Realist schools of International Relations. It must be said, though, that Rosenberg never actually becomes a part of the Political Marxist tradition. Actually, most of his recent work is devoted to a development of Trotsky's 'uneven and combined development' thesis. He does share Brenner's critiques, nonetheless, and must be included due to his clear influence in Teschke's work.

Then, Teschke takes from Brenner and Rosenberg contributions to the field to give a more specific historical account of the rise of the modern system of sovereign states. More precisely, he adds to Rosenberg's argument the aspect of a truly historical process, linking the Brenner interpretation of capitalism's origin in agricultural Britain to its proper expansion through Europe and the rest of the World. In order to do that, he rebuilds the interpretation of balance of power, showing the coexistence of two different sets of balance: a traditional one, between the great continental dynastic powers in Europe, and one between them and England, that could use the State power in service of market interests. It must be said that there are other scholars that could be used to represent the consolidation of Political Marxism, most notably Ellen Wood. The choice for Teschke is a consequence of a more direct confrontation with classic International Relations theory.

¹ A more extensive list of different branches of Marxism in International Relations can be found on TESCHKE, 2008.

Having specified the authors and ideas which shall be here presented, and laid a brief introduction on each of them, we can now start the search for the main tenets of this specific branch of Marxist theory in International Relations. It shall start with a brief description of the World-Systems Theory, since Brenner's main arguments rise from the critique of that school.

World-Systems Theory's Account of the Rise of Capitalism

The 'long sixteenth century' is defined by the historian Fernand Braudel as being the period of time correspondent to the rise of a world-economy dominated by Mediterranean cities. It is called 'long' for not coinciding with normal chronological limits, starting in 1450 and lasting until 1640 or 1620 (BRAUDEL, 1953, p. 73). This concept of the sixteenth century is accepted and adopted by Immanuel Wallerstein, in his study of the rise of capitalism, in what he calls a world-economy.

This world-economy, which is the basis for the development of the modern world-system, is defined by Wallerstein as the economic linkage of many different areas in the world, encompassing states, kingdoms and other kinds of political systems, as well as many types of social configurations - that is, based on different modes of property relations. Another kind of system would be the empire, where the economic linkage would be substituted for a political one. The main trait, then, is the role of market-driven trade in development, providing the optimized background for the accumulation of capital (WALLERSTEIN, 1974, p. 15-16).

As he argues, there was one essential condition to the establishment of such world-economy: '[t]he territorial expansion of Europe', which means not only the conquest of America in the early sixteenth century, but also conquests of territories in European continent itself in the previous centuries (for example, in the crusades against the Moors, in England's expansion to Wales and Scotland, or in the conquest of the Slavs by the Germans and Scandinavians) (WALLERSTEIN, 1974, p. 38-39).

In other words, it can be said that Wallerstein explains the rise of capitalism as a consequence of increased trade in the core of the system. In his view, this territorial expansion allowed the new world-economy to increase its overall production (based on an absolute increase of the surplus). The surplus produced on these recently integrated areas was exported to the core, and consisted mostly of agricultural products, precious metals and spices. These incoming products allowed the core to reduce its agricultural production, which led to the rural exodus and the growth of the cities, and consequently of manufactures (WALLERSTEIN, 1974, p. 98-99). It is important to stress that the surplus originated from these 'peripheral' areas is not necessarily a consequence of changes in the form of control of labour. Instead, Wallerstein states that some forms of labour suits best some specific areas, according to its specific production (WALLERSTEIN, 1974, p. 86-87). He seems to consider surplus as a natural consequence of production.

Similar views can be found in many other authors. For example, Blaut identifies in the European expansion to America the increase in capital accumulation (through the plantation system or the mining of massive amounts of gold and silver) that allowed capitalism to develop in Europe. Also, just like Wallerstein, he sees the rise of capitalism as a consequence of this territorial expansion (BLAUT, 1993, p. 188).

Therefore, we can see that the production is already deemed as market-oriented, or in other words, it has the main goal of producing a surplus that can be exchanged. In that, we can see a logical connection to Sweezy's argument of the decline of feudalism being a need of finding another mode of production that could result in larger amounts of capital accumulation (SWEETZY, 1980, p. 45). The presence of the market as an imperative part of the economy is the main connection between those authors' arguments, and will be mentioned again in Brenner's critique.

Robert Brenner and the Critique to Neo-Smithian Marxists

Brenner criticizes scholars from the World-System Theory, such as Andreas Gunder Frank, Paul Sweezy and Immanuel Wallerstein (TESCHKE, 2008, 169-170). He identifies in their accounts of the origins of capitalism a reduced importance of the development of a new set of property relations (specifically, of capitalist property relations), which gives place to a focus on a market-driven productivity increase through trade demands and increasing specialization (as if they drew on Smith's 'natural tendency to trade and barter' - reason why he calls them 'neo-smithians'). His goal, then, is to revert this situation, returning the class relations to its privileged space in classical Marxism. In his words:

"(...) 'production for profit via exchange' will have the systematic effect of accumulation and the development of the productive forces only when it expresses certain specific social relations of production, namely a system of free wage labour, where labour power is a commodity. Only where labour has been separated from possession of the means of production, and where labourers have been emancipated from any direct relation of domination (such as slavery or serfdom), are both capital and labour power 'free' to make possible their combination at the highest possible level of technology." (BRENNER, 1977, 32)

He then goes on to state that this model of development, based on 'production for profit via exchange', actually takes for granted a given set of conditions that were not always present in the history of society, and specially not in pre-capitalist modes of production. Basically, these conditions refer to the freedom of movement of the workers from rural to urban areas (ie, from agriculture to industrial production)², the actual need for constant innovation, and the systemic pressure for constant increase in productivity (BRENNER, 1977, 34). In other words, they seem to miss what is specific of capitalist market, applying these traits to any situation where commerce existed.

He justifies it arguing that the direct producers in pre-capitalist modes of production had access to means of production, which means that they could produce goods based only on their own subsistence, having no actual need of producing a surplus to be exchanged in the market. Therefore, the 'exploiter' class needed a military method of coercion to force the production of a surplus from which they could subsist themselves. Only after that, if there still was some exceeding production, it would be destined to trade. As a result, there was nothing in this specific mode of production that could lead to the rise of a market-oriented economy (BRENNER, 1986, 27).

The only possibility of that was a substantial change in those property relations, which first came in the development of English agriculture. There, landlords had gained control of huge properties and allowed capitalists to use it through hired workers for a rent (creating the classic relation of landlord, capitalist and wage labourer). Having to pay the rent to their landlords, those capitalists had, then, the incentive to produce not to their own subsistence, but to sell their products for a profit. The wage labourers, on the other hand, having no means of subsistence of their own, had no option other than selling their labour power as a commodity, being then vulnerable to economic ways of surplus production as described by Marx in *The Capital* (BRENNER, 1977, 75-76).

The scope of this essay does not allow a more detailed presentation on Brenner's extremely interesting argument. Considering those presented above as the essential points of his work, we shall move on to a brief discussion on Rosenberg's work.

Justin Rosenberg's Account of Modern International Relations

Rosenberg draws on Brenner's view of the origin of capitalism to build a new approach on the concept of sovereignty that has been essential to the development of the modern state and states-system. He calls his method 'international historical sociology', for its focus on how class relations had an impact on the political structure, and, therefore, on the international sphere, throughout the last centuries.

Not surprisingly, he frames his work on the same chronological limits as Brenner, which is a consequence of them sharing the same understanding of the transition towards capitalism as a result of historically limited class-relations, and of the consequential shift it means in world politics, which he identifies with the advent of modernity itself. Its main effect, according to Rosenberg, is certainly the rise of a specific kind of sovereignty, which he defines as a product of the division between politics and 'economics' - or actually into a public and a privatized political sphere. This appears in Brenner's work, but is taken to its last consequences by Rosenberg. As there is no more need for coercion in the surplus extraction, the political sphere becomes distinct from a 'purely economic' one; state and market can exist separately. This specific kind of state that does not need to intervene in the privatized sphere of production is what he calls a sovereign state (ROSENBERG, 1994, 127-128). He actually goes on to say that this separation houses the rise of a new kind of empire, one that operates extensively on the private sphere (through the implementation of contracts) that he calls 'empire of civil society', in opposition to the imperialism conducted by states (ROSENBERG, 1994, 131).

A very important conclusion can be drawn from that: the study of International Relations cannot take for granted a model of sovereign states. That has to be understood from the social relations that are contained within each state, since the aforementioned division might not exist in every state (ROSENBERG, 1996, 8). Through that statement, he also draws on Trotsky's idea of 'uneven and combined development' (TROTSKY, 2008, 4-7).

From that follows Rosenberg's redefinition of anarchy and balance of power. The anarchy of the international system is the political equivalent of the free market, i.e., just like individual firms face no superior authority when allocating their resources, individual states have the same absence of restrictions when operating in an anarchical system. And in precisely the same way there is a mechanism (the 'invisible hand') that regulates the market absorbing surpluses through different levels of supply and demand, there is a similar one - the balance of power - that keeps the sovereign states from taking over each other.

As he puts it:

"If the line of argument developed in this chapter is valid, then the balance of power is not just like the invisible hand. It is its other half, the equivalent in the public political realm of the alienated social form of the invisible hand in the private political realm of 'the economy'." (ROSENBERG, 1994, 139)

Despite its brevity, this should be enough to make clear how Rosenberg draws on Brenner's account of the transition from feudalism to capitalism to build upon that his own view of the international system, being able to give it some solid historic materialist foundations.

Benno Teschke's Political Marxism

Teschke's main goal seems to be a deconstruction of the myth of the Westphalian Treaties after the Thirty Years' War as the foundational moment of modern sovereignty. In order to do that, he uses the framework set by Rosenberg, adding to it a greater sense of historicity. He returns to Brenner's delimitation of the origin of capitalism in British agriculture, and shows how the transformation pointed out by Rosenberg on the international system was not an automatic feature of market expansion, but actively brought upon the rest of the world by its first modern state - England.

² Or even, their expulsion from the first to the latter as a precondition to the birth of a mass of dispossessed wage-labourers.

The aforementioned separation between public and private (and therefore, the new conception of sovereignty) that lies in the heart of modernity rose first in England, placing it as the centre of economic development and setting the base of its supremacy in the eighteenth century. It also allowed for a new kind of political rationality, a typically modern or capitalist one, as opposed to a dynastical one, binded to pre-capitalist forms of surplus production and accumulation. Those two logics coexisted for some hundreds of years, and generated different models of power politics. The British foreign policy in seventeenth and eighteenth centuries shows clear signs of its de-territorialization, positioning itself outside the traditional balance of power and at the same time, creating another one. In Teschke's own words:

“After 1713, British foreign policy no longer operated on the principle of ‘natural allies’ - the ‘old system’ which allied England, the Dutch republic and Austria against France - but on the fluid principle of rapidly changing coalitions which earned her the Continent the epithet ‘Perfidious Albion’. This nickname was (...) due to a failure to understand the logic of a post-dynastic foreign policy and active balancing in the context of an overwhelmingly dynastic system of states.” (TESCHKE, 2002, 33)

There were, than, two regimes of power-balancing operating in Europe in the eighteenth century. Absolutist states remained engaged on a system of territorial equilibrium, England sought to realize indirect interventions, subsidizing smaller powers while countering imperial-hegemonic ambition (TESCHKE, 2003, 260). How then did one of them fade out and the other prevailed? According to Teschke, the British ‘active balancing’ system eventually advanced to be not only a defensive stance on which it could defend its economic advantage, but went on to transform other European states, forcing them to adapt to its own new kind of property relations. They were played against each other for so long, that they were eventually ‘financially and economically exhausted’. These forced a lot of intense political crisis, which resulted in the creation of a mass of free wage labourers and the consequent rise of capitalist relations of production (TESCHKE, 2003, 263). As he concludes:

“The transposition of capitalism to the Continent and the rest of the world was riddled with social conflicts, civil and international wars, revolutions and counter-revolutions, but its essential mechanism was geopolitically combined and socially uneven development. This concept allows us to avoid the geopolitical competition literature’s mistake of externalizing military rivalry to a separate and reified level of determination, while at the same time avoiding economic reductionism. Post-1688 international relations were not a continuation of the succession of dominant great powers in an otherwise unchanging structure of anarchy, but expressed the unfolding of this gigantic human drama.” (TESCHKE, 2003, 266)

Thus, it is clear how Teschke uses Brenner's and Rosenberg's works to build his own interpretation of the expansion of capitalism and modernity from England to the rest of the European continent and the world.

Conclusion

The works of Brenner, Rosenberg and Teschke, as shown, are complementary and even constitutive of each other. It should be noted how relevant their notion of modernity as a consequence of the rise of capitalist mode of production is, and how this latter is a result not of continuing trade and increased production, but of a specific set of property relations which represents a significant discontinuity with pre-modern logics of development. Market is not interpreted as an opportunity for trade which stimulates the constant increase of production through its ever-increasing demand; but as a specific trait of capitalist accumulation, where it appears not as an opportunity, but as a necessity. This is definitely the most basic and defining tenet of the Marxist account of International Relations found on their works. The separation of public and private spheres (therefore, state and the market), and the notion of ‘geopolitically combined and social uneven development’ are also important, but can be treated as consequences of their shared understanding of capitalism. 🌐

*Pedro Lucas é Bacharel em Ciências Sociais (Uerj) e Direito (Ufrj), mestrando em Relações Internacionais pela University of sussex , UK.

Bibliography

- BLAUT, James Morris - *The Colonizer's Model of the World: Geographical Diffusionism and Eurocentric History*, Guilford Press, New York, 1993.
 BRENNER, Robert - 'The Origins of Capitalist Development: A Critique on Neo-Smithian Marxism', *New Left Review*, 104, July-August, 1977.
 BRENNER, Robert - 'The Social Basis of Economic Development', in John Roemer (org.), *Analytical Marxism*, Cambridge, CUP, 1986.
 ROSENBERG, Justin - *The Empire of Civil Society*, London, Verso, 1994
 ROSENBERG, Justin - 'Isaac Deutscher and the Lost History of International Relations', *New Left Review*, 215, January/February, 1996.
 SWEEZY, Paul - "A Critique", *Transition from Feudalism to Capitalism*, 33-56, Verso, London, 1980.
 TESCHKE, Benno - *The Myth of 1648*, London, Verso, 2003.
 TESCHKE, Benno - 'Theorising the Westphalian System of States: International Relations from Absolutism to Capitalism', *European Journal of International Relations*, 8, 1, 2002.
 TESCHKE, Benno - 'Marxism', in Reus-Smit and Smidal (eds.) *The Oxford Handbook of International Relations*, Oxford, OUP, 2008.
 TROTSKY, Leon - 'Peculiarities of Russian Development', in *The History of Russian Revolution*, Chicago, Haymarket, 2008.
 WALLERSTEIN, Immanuel - *The Modern World-System I - Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*, Academic Press, London, 1974.

² Or even, their expulsion from the first to the latter as a precondition to the birth of a mass of dispossessed wage-labourers.

A GEOPOLÍTICA DA CRISE ECONÔMICA DA EUROPA

Por Delano Teixeira Menezes*

Introdução

A compreensão do reordenamento do poder mundial será tão mais nítida quanto se possa interpretar a interação dos valores, da política, da geografia e da história do continente europeu e que são partes integrantes e inseparáveis de uma geopolítica global. No momento em que há a percepção de que a crise econômica no continente europeu se agrava, torna-se indispensável uma reflexão percuciente da multiplicidade de interesses dos Estados constituintes da União, que se entrelaçam e circunstancialmente são portadores de tensões.

Os Estados que compartilham aquele continente fundamentam e legitimam a aplicação do poder sobre o espaço geográfico que ocupam nas tradições, nas conquistas do passado, nas etnias que constituem seus habitantes e em particularidades que caracterizam cada “nação”. Cada uma delas, movidas por interesses específicos através dos séculos deslocaram-se nas mais diversas direções, particularizando a geopolítica da cada uma.

Como salienta Norbert Elias, “a “civilização” não é, nem o é a racionalização, um produto da “ratio” humana ou resultado calculado a longo prazo... A coisa acontece, de maneira geral, sem planejamento algum, mas nem por isso sem um tipo específico de ordem”. É exatamente essa ordem que se criou ao longo de muitos séculos, e que ainda se está criando, que será impactada pela crise econômica em desdobramento. O conjunto da civilização europeia esteve submetido a reorganizações periódicas de relacionamentos nacionais, concomitantes a mudanças internas de sistemas de governo, que resultaram em transformações significativas das respectivas estruturas de poder, com reflexos na região de influência de cada Estado. A Europa como um todo, enquanto vivia suas disputas internas de poder, conseguiu influenciar quase todos os outros continentes. Em 1800, os europeus controlavam 35% das terras do globo, em 1878 cerca de 67% e em 1914, 84%. Essa projeção de poder da civilização europeia, ao atuar em áreas geográficas estratégicas do globo terrestre, desenhou uma geopolítica global que só começou a ser desarticulada ao final da Segunda Guerra Mundial.

A devastação do continente causada pelo conflito teve seus efeitos negativos mais duradouros nas estruturas sociais do que na economia. O plano Marshall e os diversos mecanismos de cooperação conseguiram recompor a maioria das economias continentais em bases modernas e eficientes, mas as gerações que foram perdidas nesse processo e as consequentes desagregações sociais produziram efeitos que se fizeram sentir até bem pouco tempo. A desarrumação da ordem existente privilegiou particularmente dois pólos de poder mundial que faziam da Europa o espaço da luta final, campo sagrado onde se derramaria a última gota de sangue da civilização ocidental: os Estados-Unidos, o único vencedor real do mundo ocidental na Guerra, e a União Soviética. Esses dois, por muito tempo, disputaram espaço de influência no continente. Em Berlim, para que os estilos de vida não se misturassem, criou-se até um muro dividindo famílias, amigos, costumes e alterando a malha do tecido social de grandes comunidades pela adoção de novos sistemas burocráticos. A potencial confrontação dos dois poderes resultou na permanência de grandes contingentes militares na Europa que, em certa medida, injetavam consideráveis volumes de recursos na economia e influenciavam as políticas públicas, os costumes, e as próprias relações sociais nos países onde se hospedaram.

Os Estados Unidos ainda mantêm mais de 70 mil homens e mulheres fardados na Europa. Mas os sentimentos nacionais e os temores antigos não desapareceram e, ao fim da bipolaridade, afloraram junto com outras questões de ordem que estavam reprimidas. Todas as incertezas advindas dessa realidade se constituem nas tintas geopolítica que estão sendo usadas para pintar o novo quadro da realidade europeia e que deveriam ser, nem que parcialmente, resolvidas antes que uma crise econômica se instalasse.

Aos problemas econômicos que ora se tornam evidentes podem ser ainda fragmentos dos vícios criados de um lado pelo Plano Marshall e do outro pelos fortes subsídios dados pela antiga União Soviética aos países do seu bloco. Atualmente aqueles que souberam aproveitar construtivamente as ajudas recebidas à época, para promover a modernização de suas economias e as reformas sociais necessárias à nova realidade que se anunciava estão em melhores condições para superá-la.

2 – A Segurança Continental Diante da Crise Econômica

No final do século XX, parecia clara e iminente a cristalização do processo de integração europeia no estado transnacional iniciado nos anos 50. A maturidade política, cultural e econômica do continente teria sido quase que plenamente alcançada. Tudo levava a crer que os países signatários do tratado de Maastricht haviam afogado as velhas mágoas e disputas de poder nas águas dos novos tempos da modernidade e que estavam tomando posições mais realistas quanto à necessidade da construção de uma configuração política com base em algo que fosse mais além da econômica, tarefa esta tida como indispensável para não se deixarem ofuscar pelos lampejos do século XXI com a entrada de novos atores de peso na cena mundial. A rapidez com que a nova moeda foi aceita (exceto pela Grã-Bretanha) permitiu aos líderes da comunidade europeia acalentar um projeto político mais ambicioso.

O euro propiciou o controle efetivo do suprimento de moedas nas mãos dos bancos centrais europeus, com efeitos benéficos para o acompanhamento e homogeneização da economia continental. Isso reforçou a ideia de que seria possível ter uma moeda europeia sem um Estado europeu e introduziu ações positivas em toda economia da Europa. Os benefícios sociais, ainda que modestos, foram também positivos, pois facilitaram a mobilidade da população e o acesso ao emprego. Entretanto, mesmo que a maior parte da Europa tenha aceitado o euro com relativa facilidade, faltou aos líderes força política suficiente para aumentar a percepção de que o sucesso desse ambicioso projeto econômico-financeiro deveria ser seguido por um documento estruturante – uma Constituição. Tudo leva a crer que as vantagens conferidas pelo euro ao processo de integração econômica provocaram a aceleração do processo político. Entretanto, aspectos importantes, como a questão das nacionalidades, além de outros de cunho social, não foram suficientemente considerados. Sem levar em conta que o próprio euro ainda não havia sido bem assimilado por alguns países, particularmente os mais novos na associação e a própria Grã-Bretanha.

Do momento em que a possibilidade de uma Constituição foi concretizada em 1992, quando a Comunidade Econômica tornou-se União Europeia, até o referendo realizado na França, as condições econômicas positivas criadas pelo euro já não eram as mesmas. Em outras palavras, a ideia nasceu em tempos relativamente prósperos e o referendo se realizou em tempos mais árduos, em especial para as populações urbanas que começavam a sentir certo descontrole com a perda de postos de trabalho e as populações rurais com a iminência da perda de subsídios agrícolas que as sustentavam. Nesse quadro, o euro atuou como indutor e acelerador do processo liberalizante e de globalização da economia no espaço europeu, mas continuava faltando um documento estruturante que harmonizasse os desalinhamentos econômicos dos países da União.

Este parece ser o grande dilema do sistema político europeu - coisas que são aceitas quando a economia está saudável se tornam intoleráveis quando a economia não vai bem. Ironicamente o texto da Constituição pretendida, mas não aprovada, tinha um viés nitidamente liberal. A palavra “banco”, por exemplo, aparecia 176 vezes, “mercado” 78, “concorrência” 174 e “programa social” somente três vezes. A expressão “serviço público” aparece somente uma vez, para tratar das ajudas na coordenação dos transportes (Art. III - 238). O documento preferia usar a expressão “serviços econômicos de interesse geral”, que podem ser públicos ou privados (Art. II - 96), e, coroando o exagero liberal, os Estados ficariam com o encargo de evitar que o mercado fosse afetado em caso de guerra! (Art. III - 131).

Mas não parece que a questão primária seja somente econômica. Na França o maior obstáculo para uma reforma econômica é político e social - o brio nacionalista francês resiste em abrir mão da sua soberania. Este sentimento sempre esteve presente em todos os momentos da história da França, mas, especialmente no processo de integração, ele foi ativado quando os aspectos políticos da nova proposta interagiram com os tempos difíceis na economia. Este é o dilema, enquanto a população acredita que a solução dos seus próprios problemas está em suas mãos, os votos de aprovação às reformas significam não ter o controle das ações ou das políticas no novo sistema que se desenha. O francês comum ainda tem bastante consciência de que o seu país cresceu e mudou sob a direção e o planejamento do Estado (dirigisme, étatismo) e tem demonstrado dificuldade em aceitar os novos valores liberais de mercado. A outra causa provável do insucesso da proposta de reforma na França é a sua incompreensível complexidade para um cidadão comum, consubstanciada em uma teia burocrática extenuante, que distancia os cidadãos de uma autoridade que não está nítida. O projeto completo de reformas na economia deixa a impressão de que a União Europeia seria governada por uma burocracia cujos caminhos não podem ser bem entendidos por todos os cidadãos.

Em outras palavras: se a estruturação pretendida na proposta da Constituição tivesse sido aprovada ou tivesse sido adotado qualquer outro documento capaz de estabelecer um ordenamento econômico mais nítido à época, a superação da crise atual seria menos complicada.

O sistema coletivo de defesa é outra questão que ainda está em aberto e não é de se esperar que seja resolvida com uma crise econômica em andamento. As normas estruturantes que eram estudadas abortaram com o insucesso da proposta de uma Constituição Europeia. É claro que em qualquer lugar, em épocas que questões sociais são tensas, a defesa não chama a atenção - é deixada para depois!

É de se esperar também que as questões de defesa sejam atenuadas considerando-se a existência da OTAN com o poderoso “guarda-chuva” militar dos Estados Unidos, o fim da contenda com o leste e as relações pacíficas de clássicos adversários do continente, França e Alemanha. Mas daí a congelar um status quo anacrônico é outra questão. Ainda mais que o Estado central e uma das locomotivas europeias, a França, sempre manteve uma distante indiferença em relação à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Mesmo sendo um dos países fundadores do Tratado, a França nunca foi membro do Comando Militar Integrado e condicionava o emprego de suas forças armadas na defesa continental às condições de segurança do território francês antes de qualquer coisa e nunca permitiu que tropas estrangeiras ficassem estacionadas no país. Este tratado de ajuda militar mútua nasceu em 4 de abril de 1949, quando França, Grã-Bretanha, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Dinamarca, Portugal, Islândia, Itália e Noruega, e mais Canadá e Estados Unidos assinaram o protocolo de cooperação em Washington.

O consenso da Organização estava polarizado no artigo 5 do protocolo de criação - “um ataque contra um ou mais países membros, na Europa ou na América do Norte, será considerado um ataque a todos eles”. Mais tarde, outros países foram se integrando ao Tratado, tais como a Grécia (ingressou em 1952, saiu em 1974 e reingressou em 1979), a Espanha (1982), a Turquia (1952) e a Alemanha (1955). Mais recentemente, entre 2004 e 2005, após a desarticulação da antiga União Soviética, países do Leste europeu, Lituânia, Estônia, República Tcheca, România, Bulgária, Letônia, Eslováquia e Eslovênia, depois de um longo período de negociações, foram integrados como novos parceiros.

Na lógica geopolítica da guerra fria, esse sistema de defesa promoveu substanciais contribuições ao processo de recuperação econômica, pelo fato de criar um ambiente seguro para a Europa e aquecer a economia regional, a partir do numeroso contingente de forças militares dos Estados Unidos e Canadá estacionadas no continente, situação que perdura até hoje. Atualmente tudo leva a crer que a agenda de defesa militar foi trocada por uma agenda política. Dessa forma os objetivos geopolíticos norte-americanos vêm-se mantendo desde 1947, quando os Estados Unidos a costuraram sua hegemonia militar, mantendo-se na Europa através da OTAN e em todo o continente americano com a criação, no mesmo ano, do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, o TIAR. Ambos os acordos tem princípios semelhantes por considerar que a agressão externa a qualquer dos países signatários é considerada uma agressão a todos.

A invasão do Iraque criou uma crise da qual a OTAN ainda luta para recuperar-se. O confronto das políticas anglo-americana e franco-germânica paralisou uma instituição que requer consenso nas suas decisões. Aliás, esta crise desvendou um fato curioso, se não ambíguo, para a existência do Tratado: os países da Europa central exceto a Rússia se alinharam com Washington, o que parece ter facilitado a sua aceitação como membros efetivos da coalisão militar. Estes países, ao saírem da órbita de Moscou, não se sentiam seguros ao lado da Alemanha e consideravam que a sua segurança dependia ou da França, por ser tradicional contraponto da Alemanha, ou da Inglaterra, que junto com a OTAN seria capaz de fazer frente à Rússia. A crise do Iraque definiu esta preferência na atual balança de poder europeu. Enquanto a Rússia não se recuperar econômica e militarmente e voltar a lutar pelos seus interesses nacionais, não haverá grandes ameaças à segurança da Europa Central. Os países dessa região parecem que estão voltados para a realização de três objetivos cruciais, que são fazer parte de um bloco extremamente próspero e de sucesso econômico e participar da criação de um Estado Europeu transnacional que possa conter permanentemente o nacionalismo expansionista alemão, ao mesmo tempo em que buscam um afastamento da Rússia.

Nesse contexto, a OTAN se insere no jogo de interesses geopolíticos porque conta com os Estados Unidos como mediador de valor para o equilíbrio de poder na região. Entretanto o papel norte-americano de superpotência militar com poderes de intervenção unilateral ao redor do mundo parece estar dependendo inevitavelmente de alianças confiáveis, pois sua capacidade não é ilimitada. Para invadir o Iraque, dispuseram no Golfo Pérsico de 75 por cento de seus aviões táticos em serviço, 42 por cento de seus tanques pesados modernos, 46 por cento de seus porta-aviões, 37 por cento dos efetivos do Exército e 46 por cento dos de fuzileiros navais. Tal grandeza de meios militares se fez necessário exatamente porque seus aliados europeus de maior expressão mostraram certo constrangimento político em apoiá-los com meios militares numa empreitada em que a ONU relutava em dar aval. Portanto, a OTAN ainda não entrou em colapso porque os aliados europeus são indispensáveis aos Estados Unidos na função de “polícia do mundo”, mas se mostra ineficiente para exercer a função precípua de defesa continental.

De qualquer forma, esta é uma questão ainda não resolvida pelos Estados membros da União Europeia.

Outras Questões que Afetam a Segurança

A União Europeia continua sendo o centro de gravidade da Europa, dominando um espaço econômico dos mais sofisticados e modernos do mundo, o que não ocorre quando se trata de envolver numa mesma entidade política uma instituição militar que atenda a propósitos do passado. A estrutura da OTAN foi toda construída em cima de um inimigo visível, real, com fronteiras definidas, tornando fácil dispor as Divisões, os tanques e os aviões em um espaço geográfico específico. Hoje o adversário não é dado claramente. Talvez seja preciso criá-lo, unificá-lo e atribuir-lhe uma coerência que naturalmente ele não tem. Hoje as ameaças à segurança europeia são mais hostis, dispersas, instáveis e impenetráveis do que nunca. Seus pontos de origem são também mais numerosos e dispersos em áreas geográficas remotas. Hoje as sociedades europeias se deparam com uma ameaça que vive na casa ao lado, com os mesmos direitos de cidadania, disputando as mesmas oportunidades e camuflados pela mesma complexidade de uma estrutura burocrática que cada vez tem mais dificuldade de prover segurança aos cidadãos sem restringir-lhes os direitos individuais. Outros acontecimentos no mundo parecem cindir ainda mais as diversas religiões e as culturas que convivem no espaço europeu, alimentando um crescente sentimento de repulsa a quem é de fora e incentivando o surgimento de radicalismos raciais que pareciam já terem sido superados.

As grandes ameaças à segurança do continente foram, no passado, as guerras europeias, enquanto hoje a nova ameaça que está sendo percebida com mais nitidez é a imigração. Quando envolve cidadãos originários de países fora da comunidade europeia, a imigração surge como tensão em dois âmbitos: no econômico, aumentando a competição por trabalho e por seguridade social e no social, incrementando a diversidade cultural e religiosa. Sob a ótica do sistema capitalista, a abundância de mão-de-obra disponível é, via de regra, uma condição conveniente, uma vez que o pleno emprego, ou de quase pleno emprego, como vinha acontecendo em muitos países europeus, encarece a mão-de-obra e, em consequência o custo de vida. Mas as imprevisíveis pulsações da economia mundial criam uma persistente taxa de desemprego e a chegada de grandes contingentes de imigrantes inflaciona o mercado de trabalho e gera crise social. Quando a imigração supria as faixas mais desqualificadas de trabalho, o problema não era muito visível, mas na atualidade somente a Índia coloca anualmente no mercado mundial de trabalho uma enorme quantidade de profissionais de alta qualidade, e isso tem implicações negativas na vida das pessoas, o sentimento de nacionalismo xenófobo aflora com intensidade e os radicalismos raciais e religiosos assumem feições mais hostis e ameaçadoras.

É importante que se considere também que a geração de europeus na faixa dos 50/70 anos, os chamados boomers, nascida no final dos anos 40 até 1960, que hoje poderia estar no topo da escala social foi seriamente prejudicada com relação às oportunidades de ascensão social e é altamente frustrada, pois, no auge de suas vidas economicamente ativas, a Europa estava passando por um longo período de austeridade econômica do pós-guerra, o que a manteve marginal ao limitado mercado de trabalho. As pessoas que não conseguem um emprego satisfatório entre os vinte e os quarenta anos têm suas vidas frustradas, tornando-se deslocadas na estrutura social e descrentes da capacidade do estado em ampará-las.

O timing da vida humana não se concatena com o timing das teorias econômicas. Tal fato criou competição entre esta geração e a seguinte, que está assumindo posições relevantes no mercado de trabalho e empurrou a anterior para uma aposentadoria precoce, pressionando, dessa forma, a seguridade social. A introdução do imigrante no meio dessa disputa passa a ser a catálise do problema e, impulsionado por um refflorido sentimento de nacionalismo, o ingresso de imigrantes é visto como um fato perturbador no mercado de trabalho. O nacionalismo é uma expressão de identidade e com ela de dignidade e de amor-próprio que já estavam abalados, e quando o espaço de cada um fica menor no próprio país também o “eu” de cada um fica menor. Agreguem-se a isso os resquícios colonialistas que ainda parecem estampados na cultura dos países nucleares da Europa. A ironia disso tudo é que a população da França, da Alemanha e de outros países da Europa está mudando com a diversidade racial e cultural, com resultados irreversíveis para os que não querem que seu país mude.

A Europa não se sente à vontade com a diversidade étnica como ocorre nos países ex-colônias que convivem com as diferenças culturais com mais naturalidade. “A mãe-pátria não contemplou uma fusão do velho com o novo, embora isso pudesse acontecer e, de fato, acontece como nas colônias espanholas e portuguesas do Novo e do Velho Mundo”. Para o europeu médio fica a sensação de que ele está perdendo o controle do país para os imigrantes. Complicando mais esse quadro, a prática institucionaliza essa perda de controle quando assegura o direito de o imigrante circular por todos os países da União. Isso pode fazer sentido para os economistas que veem o mercado como o grande trunfo para o sucesso da economia, mas soa aos franceses como uma perda de controle, uma diluição da soberania. E o medo maior vem da possibilidade do ingresso da Turquia na União o que produziria uma avalanche de imigrantes muçulmanos, agregando ao componente econômico e social os complicados componentes religiosos e culturais.

Nesse quadro, surge a questão da soberania em alguns países, entre eles a França, não somente em questões de defesa, mas em algumas políticas e principalmente nas políticas sociais. São nestas políticas que a crise econômica toca, que afetam um sentimento caro e que foi construído com muita luta e sangue pela maioria dos países do continente - o sentimento de nacionalidade. Sentimento este que está incrustado nas menores comunidades de todo espaço da União Europeia, as quais fortaleceram os seus laços de solidariedade no meio a lutas sociais importantes, que possibilitaram a conquista dos benefícios de que hoje desfrutam e que veem ameaçados por uma economia em crise, com poucas chances de imputação de responsabilidades caso as reformas propostas pelos líderes de cada nação não derem certo. O povo francês certamente tem se perguntado se o seu governo deseja transferir maiores elementos de soberania para uma entidade monetária sobre a qual a França não tem controle. O francês não vê sua identidade como sendo comum ao resto da Europa e, certamente, o resto da Europa não tem identidade comum com a França.

Conclusão

A União Europeia foi fundada sobre princípios de conveniências econômicas, os quais com a tentativa de incorporações de componentes políticos e sociais estão se tornando rapidamente inconvenientes, pois agrega fortes sentimentos de nacionalidade e, com eles, os de soberania. Talvez a aceleração do processo de integração política tenha criado frustração quanto aos resultados desiguais da economia.

A integração econômica que implicava mais em questões técnicas e burocráticas do que propriamente políticas, não afetavam de um modo direto questões sensíveis ao povo, ao contrário, introduziu práticas salutaras nas trocas comerciais. Mesmo assim levou cinquenta anos para se consolidar. Assim não é de se esperar que uma reforma econômica de emergência, aparentemente dissociada do processo de integração anterior e que peca mais por omissão do que por inclusão seja assimilada em tão pouco tempo.

Muitas coisas que estão cristalizadas por uma prática não integralmente assimilada ainda não haviam conquistado totalmente a confiança da população, até porque as adesões a cada resolução adotada eram gradativas, como foi o caso da circulação de imigrantes entre os países, cujas consequências ainda não foram devidamente avaliadas, e a questão da segurança coletiva incorporando ao anacrônico Tratado do Atlântico Norte (OTAN) o sistema de defesa.

Também há que se considerar que a crise econômica atual poderia abalar a presença dos países da Europa Central na União Europeia em virtude do desalinhamento de suas economias em relação às dos demais e eles são peças de um novo jogo geopolítico ainda sem definição. Por enquanto os países dessa região não estão convencidos de que a Rússia, como poder regional dominante, tenha realmente sossegado em relação às suas pretensões geopolíticas, esfaceladas com o ocaso do império soviético. De fato, não se espera um súbito ressurgimento do domínio russo no curto prazo, mas ninguém está suficientemente convencido de que, a qualquer momento, uma mudança política em Moscou não possa criar novas realidades geopolíticas. Esse parece ser também o temor dos Estados Unidos, expresso em declarações de diversas autoridades norte-americanas, e pode ser o motivo do seu silêncio quanto à atualidade da OTAN. Ao mesmo tempo, a população da Europa Central, por questões enraizadas desde muito tempo na história das suas relações internacionais, ainda não tem razões fortes para confiar na Alemanha. Para o leste europeu, depois da queda do muro de Berlim, significa que a Alemanha reunificada emerge como um poder dominante na Europa.

Numa visão mais abrangente, o único vencedor nessa história são os Estados Unidos. Eles continuam mantendo presença no continente sob o pretexto de que a Rússia ainda não se acomodou e reivindicam a proteção dos países que saíram da órbita de Moscou, tarefa que uma Europa sem unidade política não pode cumprir.

A indiferença da França quanto aos fatos subsequentes à invasão do Iraque e os acontecimentos na Alemanha onde a frustração da social democracia produziu mudanças políticas internas significativas, repentinamente podem ter mudado a ideia de que a Europa era um problema crítico para os Estados Unidos, reduzindo à ideia de que a França e a Alemanha é que são críticas. De fato, os Estados Unidos não devem desejar uma Europa com políticas de defesa e de relações exteriores integradas. Com esse poder a Europa poderia se tornar perturbadora da proeminência global dos Estados Unidos.

Geopoliticamente é difícil vislumbrar-se dois poderes continentais com interesses semelhantes se mantendo em equilíbrio por muito tempo. Enquanto a Europa estiver absorva com os seus problemas de unificação política e, por causa disso, permanecendo fragmentada, poderá ser manipulada pelos Estados Unidos para atender os interesses norte-americanos.

A Europa unificada, como entidade transnacional, poderá demorar a existir, ainda que esse conceito seja crível. A França e a Alemanha somente poderão conter os Estados Unidos se forem de fato líderes de uma Europa una. Sozinhas, não passam de um poder secundário no cenário internacional. Os políticos alemães e franceses sabem disso e talvez por isso venham tentando acelerar o processo de unificação política e estão buscando consenso para a atual crise econômica.

A entrada em cena da China como um contrapeso respeitável aos Estado-Únidos também angustia os políticos europeus. O processo de equilíbrio de poder mundial está ainda em gestação e a Europa poderá perder a oportunidade de assumir o espaço que deseja na cena global se não souber manejar com sabedoria a atual crise econômica. 🌐

*Delano Teixeira Menezes é mestre em Sociologia e Diretor do Campus Brasília da Escola Superior de Guerra.

Referências Bibliográficas

- _____, *Traité Établissant eu Cosntitution pour l'Europe*, - La Documentation française - Paris, 2004.
- _____, *União Européia - Compilação dos Tratados* - [www. Europa.eu.int/abc/obj/treaties/pt/pttoc.htm](http://www.Europa.eu.int/abc/obj/treaties/pt/pttoc.htm)
- _____, *The Military Balance* - Oxford University Press, London, 2009-2010.
- Brezekinski, Zbigniew, *The Grand Chessboard* - Basic Books, New York, 1997.
- Castro, Therezinha, *Geopolítica - Princípios, Meios e Fins*. - Col. Pedro II, Rio de Janeiro 1986.
- Conn, Stetson e Fairchild, Byron, *A Estrutura de Defesa do Hemisfério Ocidental* - Biblioteca do Exército Ed., Rio de Janeiro, 2000.
- Defarges, Philippe Moreau, *Introduction à la Géopolitique* - Éd. Du Seuil, Paris, 1994.
- Elias, Norbert, *O processo civilizador*, Vol. 2 - J.Zahar ed., Rio de Janeiro, 1993.
- Elias, Norbert, *Os Alemães* - J. Zahar ed., Rio de Janeiro, 1997.
- Huntington, Samuel P., *O Choque de Civilizações - Objetiva*, Rio de Janeiro, 1996.
- Kennedy, Paul, *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, 2.ª Ed - Ed Campus, Rio de Janeiro, 1989.
- Landes, David S., *A Riqueza e a Pobreza das Nações* - Campus, Rio de Janeiro, 1998.
- Rufin, Jean-Christophe, *O Império e os novos Bárbaros*, 2.ª Ed. - Record, Rio de Janeiro, 1992.
- Schirmacher, Frank, *A Revolução dos Idosos* - Ed. Campus, Rio de Janeiro, 2005.

Efeitos do atentado em Bali na segurança internacional do sudeste asiático

Por Haruka Maeda, Maíra Machado Rodrigues e Mariele Hochmüller*

INTRODUÇÃO

Esse trabalho irá ponderar até que ponto o atentado em Bali de 2002 e ingerência estadunidense na região afetam a segurança internacional do Sudeste Asiático. Essa análise se dará através da ótica da segurança humana, os tradicionalistas e os abrangentes.

Sobre o Sudeste Asiático

O Sudeste Asiático é a região geopolítica que abrange: Camboja, Brunei, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Singapura, Tailândia e Vietnã. Com uma população total de aproximadamente 540 milhões de habitantes, esses países se localizam em uma região estratégica possuindo reservas de petróleo e gás natural. No Pós Guerra Fria, o Sudeste Asiático foi impulsionado por investimentos estrangeiros, recentemente a região se transformou em referência sobre crescimento econômico para países em desenvolvimento. Contudo, apesar desse fenômeno econômico, a região apresenta algumas falhas na questão de governança, possuindo: democracias imperfeitas nas Filipinas, Indonésia e Tailândia; ditadura militar no Myanmar; regimes autoritários em Brunei, Singapura e Malásia; e regimes comunistas no Vietnã e Laos (MENDES, 2007).

Juntos, esses países formam um fórum de cooperação regional, a Association of Southeast Asian Nations (ASEAN), nascida em 1967, durante a Guerra do Vietnã, com apoio estadunidense que desejava um braço secundário na região. Atualmente, essa instituição lida especialmente com questões econômicas e de segurança.

Principais Ameaças

A principal ameaça tradicional à segurança internacional da região são disputas territoriais nas fronteiras marítimas no mar Sul da China, onde a maioria dos países da região contesta seus direitos à posse do arquipélago de Spratly, detentor de petróleo e gás natural. A ASEAN vem cuidando para que essa celeuma não se torne um conflito armado na região.

Todavia, a ASEAN tem tido dificuldade de responder as novas ameaças que surgem na área. Essas ameaças estão além da debilidade dos Estados (muitos deles partilhando características de failed-states) e se multiplicam sob as mais diversas formas, como: a degradação ambiental - a poluição, a desmatamento em larga escala, incluindo os incêndios na Indonésia, no Verão de 1997; a liberdade dos mares - por causa do importantíssimo comércio marítimo; o crime internacional - tráfico humano, de armas e droga, lavagem de dinheiro, pirataria; as migrações - sobretudo entre a Malásia e a Indonésia; as epidemias - como AIDS, principalmente no Myanmar; ou as catástrofes naturais - com relevo para o tsunami de finais de 2004 (MENDES 2007).

No pós Guerra Fria, quando a maioria desses países começou sua transição democrática, milhares de grupos insurgentes se rebelaram como separatistas e para-militares - normalmente ligados ao islã. Esses grupos são muitas vezes formados por ex-combatentes de conflitos durante a Guerra Fria, tem programas políticos efetivos e tendem a limitar a violência aos alvos militares. Podem estar estes associados a países como a Arábia Saudita, o Egito, o Iemen, o Afeganistão e o Paquistão (MENDES 2007).

É verdade também que, depois da década de 80, aproveitando-se das condições propícias como a complexa geografia da região, as fronteiras porosas, a debilidade institucional, as tensões étnicas e as rebeliões islâmicas, muitos grupos terroristas surgiram no Sudeste Asiático (MENDES 2007), Chamando a atenção internacional para essa região.

Terrorismo no Sudeste Asiático

O Terrorismo vem crescendo de forma alarmante nessa região. Uma estimativa de um relatório do Congresso dos Estados Unidos identificou que 37% dos maiores atentados terroristas no mundo foram praticados no Sudeste Asiático e 15% dos membros da Al-Qaeda estão refugiados nessa área (MENDES 2007). Esses grupos estão espalhados na maioria dos países da região, formando uma rede terrorista transnacional que visa à formação de um pan-islamismo nessa região, os mais famosos: Jemaah Islamiah e Abu Sayyaf.

Utilizaremos uma das definições de terrorismo divulgada pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, que é aplicável a tais grupos transnacionais. Este, define terrorismo como “premeditated, politically motivated violence perpetrated against non-combatant targets by subnational groups or clandestine agents, usually intended to influence an audience” (WILLIAMS, 2008, p. 174).

O atentado a Bali de 2002 lançou sobre o Sudeste Asiático em geral o anátema da insegurança. Apesar de no mesmo ano se terem registrado vários atentados nas Filipinas e na Indonésia, esse atentado chamou mais atenção pelo número de vítimas ocidentais. A ASEAN condenou os ataques e incentivou os países a adotarem um plano de ação que define uma estratégia regional para prevenir, controlar e neutralizar o crime transnacional. Concomitante, a Indonésia lançou um plano antiterrorismo, com diversas operações militares que detiveram alguns membros da Jemaah Islamiah.

Presença Estadunidense

A partir de 1990, o conceito de segurança internacional foi repensado, levando em conta novos dilemas do Sistema Internacional. O mundo se deu conta que está mais volátil, com vulnerabilidades acrescidas. A globalização, o aumento da mobilidade, tornam as fronteiras cada vez mais permeáveis, ao ponto de não garantirem proteção a um Estado. Sabe-se que o papel do Estado é neutralizar ameaças vitais a sua sobrevivência, contudo a pergunta é: quem são essas ameaças e como combatê-las? Nesse contexto os Estados Unidos iniciou sua Guerra ao Terror, vendo-se diretamente ligado a qualquer atentado terrorista no mundo.

Além de já possuir aliança com Filipinas, Tailândia e em menor grau com Singapura, em 2001 os americanos estreitaram laços com a ASEAN e juntos conseguiram prender membros da Al Qaeda presentes no território asiático. O Sudeste Asiático foi identificado como uma área de alto nível de atividades terroristas, por isso foi designado de segunda frente na luta global antiterrorista. Mendes (2007) trás alguns fatos que demonstram essa atuação americana na região, principalmente pós-atentado a Bali, como: a realização de exercícios militares conjuntos com tropas das Filipinas; a conclusão de um Acordo de Apoio Logístico Mútuo também com as Filipinas; exercícios militares na Tailândia; conversações com o Vietnã sobre a utilização de uma base; cooperação ao nível dos serviços secretos com a ASEAN; aumento da presença da CIA e ajuda ao desenvolvimento e ajuda militar; além do lançamento da Enterprise for ASEAN Initiative (EAI, visando criar acordos de comércio livre bilaterais entre os EUA e os vários países da ASEAN).

HISTÓRICO DOS ATAQUES EM BALI EM 2002

Na noite do dia 12 de outubro de 2002, bombas foram detonadas na região turística de Kuta, na ilha indonésia de Bali. A explosão ocorreu na área onde ficam os bares e casas noturnas mais agitados da ilha, matando 202 pessoas e deixando outras 209 feridas, fazendo deste ato de terrorismo o maior em toda a história indonésia (BBC NEWS, 2002).

Ataques

O primeiro dispositivo foi detonado às vinte e três horas e cinco minutos no Bar do Paddy, uma boate situada no centro turístico da cidade de Kuta, em Bali. Cerca de quinze minutos depois, uma segunda bomba que estava em uma van foi detonada na frente do Clube Sari, gerando uma explosão muito mais potente que a primeira. A maior parte dos mortos e feridos foi turistas, em sua maioria, australianos. Além dos 164 turistas mortos, sendo dois deles brasileiros, foram identificadas 38 vítimas de origem indonésia (BBC NEWS, 2002).

Suspeitos

Foram levantados vários motivos para o ataque. Houve especulações de que o atentado pudesse ter sido uma repreensão à Austrália, devido a sua falta de apoio na invasão indonésia no Timor Leste (país o qual conseguiu sua independência da Indonésia em 1999), porém, a polícia suspeitou imediatamente do grupo islâmico chamado Jemaah Islamiya, a confirmação se deu após a investigação que ligava o dono da van ao grupo.

Jemaah Islamiya (JI) foi listado em 25 de outubro de 2002, na resolução 1390 das Nações Unidas como um grupo terrorista associado a Al-Qaeda, devido à participação no financiamento, planejamento, facilitação, preparação ou execução de atos ou atividades da Jemaah Islamiya, em conjunto ou em nome da Al-Qaeda (ONU, 2002). A JI, criada em 1993, significa Comunidade Islâmica em árabe. Sua base é na Indonésia, país de maior população islâmica do mundo, contudo, atua em quase todo Sudeste Asiático, abrangendo também Brunei, Malásia, Singapura, o Sul das Filipinas e o Sul da Tailândia. O objetivo dessa organização seria a formação de um pan-islamismo na região, além do culto contra o ocidente, comum à Al-Qaeda.

Abu Bakar Bashir, um dos tantos líderes da organização Jemaah Islamiyah e suspeito de estar envolvido no ataque, negou publicamente qualquer envolvimento dele ou do grupo islâmico. O líder falou, ainda, que os indonésios não seriam capazes de montar um dispositivo tão avançado e culpou os Estados Unidos da América pelo atentado. Obviamente, suas acusações foram vazias e Abu Bakar Bashir foi acusado de traição pelas autoridades indonésias em abril de 2003 e condenado a quatro anos de prisão, todavia, por mais que fosse suspeito do atentado em Bali, Abu não foi culpado por este e sim por outros atentados cometidos anteriormente (BBC NEWS, 2002).

Desfecho

Ainda em abril de 2003, quatro comprovados participantes no atentado foram presos, Amrozi bin Haji Nurhasyim, Imam Samudra, Mukhlas e Ami Imron, os três primeiros foram condenados à morte, o último declarou-se arrependido e foi condenado a prisão perpétua. O governo australiano parabenizou as autoridades indonésias pela sua eficiência e não apelou para que o governo indonésio repensasse as penas de morte, apesar de essa ser repugnada na Austrália. A população australiana também se mostrou satisfeita com as penas dadas aos terroristas (BBC NEWS, 2002).

ANÁLISES

3.1 Segurança Humana

A partir de um Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento de 1994 (PNUD) um novo conceito de segurança foi adotado – a segurança humana – que alia a proteção contra a violência aos direitos humanos e a garantia ao acesso a serviços básicos. CEPIK (2001) afirma que esse conceito de segurança humana procura articular uma série de tentativas de alargar e substituir a agenda de segurança internacional, extremamente militarizada, vigente durante a Guerra Fria.

Muitas vezes o conceito de segurança humana é colocado com um contraposto ao conceito de segurança nacional – tido como inerente à noção de Estado nacional desde sua origem, no século XVII, e levado ao extremo durante a Guerra Fria. A assinatura do Tratado de Westfália em 1648, atribuí ao Estado o legítimo monopólio do uso da força com intuito de dar ao Estado garantia da segurança nacional, ou seja, ter a capacidade de neutralizar ameaças externas vitais a sua sociedade. Contudo, desde então o Estado frequentemente se mostra como a própria fonte de ameaça direta ou indireta para a segurança dos indivíduos (CEPIK, 2001).

Por isso, como BOOTH (2007) elucida a segurança humana procura tratar o indivíduo respeitando a sua humanidade, não apenas em concordância com ela, “os indivíduos são o derradeiro referente para a política, e as pessoas deveriam ser tratadas como um fim em si mesmo, e não como um meio” (BOOTH, 2007, p. 326). Existem diversos conceitos de segurança humana e sobre o que sua agenda deveria conter. Em 1994 a ONU elencou sete componentes que ainda hoje persistem com um caráter mais utilitário. Esses componentes são essenciais para o desenvolvimento humano: Segurança econômica (garantia de um trabalho produtivo e remunerado); Segurança alimentar (acesso aos alimentos básicos); Segurança sanitária (proteção contra doenças); Segurança ambiental (propiciando um meio ambiente não prejudicial a ninguém); Segurança pessoal (contra violências físicas e psíquicas); Segurança comunitária (protegendo os valores, práticas e identidades culturais e étnicas de qualquer grupo); Segurança política (garantia do exercício da cidadania) (PNUD, 1994).

Efeitos do Atentado em Bali na Segurança Humana do Sudeste Asiático

Há várias definições de terrorismo, contudo todas concordam no aspecto do uso, ou ameaça, da violência para obter um fim, muitas vezes político. Sabemos que normalmente esse ato ocorre por atentados que atingem profundamente a população. Os civis são usados como meio de chamar atenção de algum Estado para os interesses dos terroristas. No caso do atentado em Bali em 2002, acredita-se que a praia de Kuta foi escolhida por haver o maior número de ocidentais da região, maioria australiana e devido à religião majoritária da ilha ser a hindu. O objetivo da Jemaah Islamiya era chamar atenção dos países ocidentais, principalmente dos Estados Unidos, precursor da Guerra ao Terror e castigar a região por receber tantos turistas ocidentais e não seguir o islamismo.

Atos terroristas como o de 2002, atingem diretamente a segurança humana de diversas maneiras, não apenas com as mortes geradas. A população de Bali sofreu danos econômicos e ambientais, além da segurança pessoal da sociedade ser diretamente atingida, deixando marcas eternas. Essa região sobrevive basicamente do turismo internacional, que foi gravemente afetado, devido à destruição de diversas casas noturnas e ao medo que afastou os turistas por muito tempo, causando desemprego e prejuízo para toda região.

Efeitos da Pressão Estadunidense no Pós-ataque em Bali

As explosões provocaram uma rápida ação dos Estados Unidos, pressionando a Indonésia para tomar medidas contra o terrorismo e desmantelar a JI, forte associada a antiga inimiga norte-americana, Al Qaeda. O país atingido, sem muita escolha, acatou medidas como a caça aos suspeitos de participar da organização, resultando na prisão de quatro suspeitos, sendo que três foram condenados à morte. Após 2002 as operações policiais em busca de outros suspeitos aumentaram, causando a morte de muitos deles.

Muitas dúvidas giram em torno da pressão estadunidense na região, pois o que se observa é o aumento de manifestações antiamericanas e a implantação de um estado de medo constante na população. Como resultado temos uma gestão de risco, que visa precaver ameaças, através de ações antecipadas, monitorização constante da população e do consentimento ao tratamento fora de qualquer procedimento judicial normal dos suspeitos, o que gera graves ofensas aos direitos e liberdades individuais.

Uma das consequências mais perniciosas é a associação da ameaça a elementos de identidade. Devido às características da JI e seus membros, o terrorismo é também associado a certos grupos sociais, como jovens homens muçulmanos e asiáticos. As populações de determinados grupos étnicos tornam-se suspeitas pelo simples fato de possuírem certos traços físicos que as definem; a comunidade muçulmana tem conhecido casos de criminalização e marginalização infundadas. O que tem graves implicações na segurança humana dentro e fora do Sudeste Asiático.

Dentro da região, em países que não tem maioria muçulmana principalmente, como Tailândia e Filipinas, essas minorias são descriminalizadas. Enquanto no ocidente, a população dessas regiões é encarada com receio e muitas vezes, automaticamente como suspeitos. Esse fato nos leva a pensar que a condução atual da política contra o terror, liderada pelos Estados Unidos, está limitando os direitos humanos e incitando o ódio nas minorias atingidas. Portanto, violam diretamente a segurança humana que deve garantir às pessoas que possam exercer suas escolhas com segurança e liberdade (PNUD, 1994).

Tradicionalistas

Carl Von Clausewitz, conhecido pela obra *Na Guerra* escrita no século XVIII, é o autor mais conhecido e com ampla influência no pensamento tradicionalista sobre a guerra. Apesar de essa obra ter sido escrita em um tempo que a guerra era institucionalizada, com leis definidas e com propostas diferentes das guerras modernas, foi usada nas decisões políticas contra novos ataques terroristas nos Estados Unidos pós 11 de Setembro. Criando critérios em quando usar forças armadas ou não. Segundo o autor tradicionalista, a guerra é dinâmica e é uma interação humana complicada.

O autor define a guerra em duas afirmações: 1-A guerra é um ato com que a força é usada para obrigar o inimigo a fazer nossa vontade. 2-A guerra é um meio político, ou seja, uma continuação da política por outros meios. Clausewitz ainda afirma que as soluções contra guerra encontram nas forças no ódio, inimizade, probabilidade, sorte, contudo os fins políticos devem ser mais relevantes. Assim, mesmo o terrorismo sendo um ato de ataque ou ameaça de violência deliberada e sistemática, ameaçando os inocentes para influenciar politicamente usando o terror, possui objetivo político especificamente definido.

Aplicação dos Conceitos Tradicionalistas nos Ataques em Bali

Todavia a denominação de terrorismo como guerra precisa de mais explicações. Isso por que a guerra tradicional é travada entre dois Estados com conflitos de interesses. Já o terrorismo transnacional, é causado por grupos não-estatais. Além do fato que os tradicionalistas não abordam aspectos como extremismo religioso, etnias, laços tribais e atividades criminosas – que são normalmente de onde surgem tais grupos.

Para ilustrar esse antagonismo basta apenas pensar no ataque analisado. Um grupo islâmico extremista no Sudeste Asiático, ligado a outro grupo terrorista extremista sediado no Oriente Médio, explodiu duas bombas na Indonésia, matando em sua maioria australianos e provocando uma reação estadunidense. A transnacionalidade do terrorismo ignora todos os preceitos tradicionalistas de fronteiras, ameaças, conduta e regras. Enquanto Clausewitz institucionalizou a guerra, o terrorismo veio para fazer o contrário, confundindo os tomadores de decisões e aumentando a insegurança internacional.

Adicionadas à contradição existem outras. Na guerra o respeito pela dignidade humana pode superar até o ódio e a inimizade. O ataque aos não combatentes não deve existir, e os beligerantes devem providenciar tratamento “humano” aos prisioneiros da guerra. Assim o inimigo, na visão tradicionalista, deve ter consideração especial por mulheres, crianças e idosos. Para os terroristas, a única regra aplicada é de executar o ataque na maneira mais eficiente e efetivo.

O Estado é um ator internacional responsável pela segurança de seu território e população. Neste sentido, na Resolução 1373 do Conselho de Segurança da ONU estabelece que “Cada membro das Nações Unidas tem a responsabilidade de reprimir ao financiamento dos terroristas. Temos de passar todas as leis necessárias em nossos próprios países para permitir o confisco de bens de terroristas. Temos que aplicar essas leis em cada instituição financeira em cada nação” (ONU, 2001).

Portanto, a responsabilidade do ataque em Bali se deve a Estados Fracos, que permitiram a criação, difusão e consolidação de um grupo terrorista em seus territórios durante quase dez anos. A Indonésia passou por uma recente reforma estrutural, após a saída do presidente autoritário Suharto em 1998. Assim o país virou mais democrático, porém, com poder menos centralizado, diminuindo o poder do líder. “A probabilidade e oportunidade dependem da característica da força militar e sua comandante” (CLAUSEWITZ, 1976, p. 89)

Apesar de ter sido pressionada antes dos ataques para adotar medidas anti-terroristas em virtude do alto nível de terrorismo na região, a Indonésia só adotou efetivamente após outubro de 2002. A relutância indonésia indica a incapacidade desse país e dos demais da região de lidarem com suas ameaças militares internas, o que representa um perigo não só para eles, como também para todo o Sistema Internacional.

Abrangentes

Na nova agenda de segurança, o Estado, embora ainda permaneça como ator central, não é mais o único incorporador da força. Existem outros atores, não estatais, com o poder de agredir Estados e civis. Atores estes que, muitas vezes, tem como fundamento crenças religiosas ou ideais políticos (BUZAN, 1997).

Tais agentes não estatais podem ser tanto públicos quanto privados, e tendem a criar o que é conceituado como “novas guerras” – nas quais não há uma diferenciação entre combatentes e civis e a violência contra civis é comum, onde as guerras deixam de ser entre Estados para serem realizadas dentro do território de um Estado, com a grande possibilidade de transbordamento da violência fazendo com que esta ultrapasse as fronteiras, tornando-se, assim, um problema não só para o seu Estado de origem, como para os vizinhos também (KALDOR, 2005).

Aplicação

O atentado terrorista do grupo islâmico Jemaah Islamiyah em Bali, mostra como as guerras de terceira geração estão presentes no âmbito internacional atual. A securitização de casos assim e a abertura da agenda de segurança internacional é defendida fortemente por aqueles que sustentam a visão abrangente. As novas guerras atingem os civis diretamente, em Bali, todas as vítimas eram turistas e cidadãos.

A privatização da força, como feita pelo grupo Al-Qaeda, ligado à organização Jeemah Islamiyah, corrobora a afirmação de que os Estados não são mais os únicos detentores da força, e, sendo assim, que grupos não estatais tem o poder de usar a violência contra nações, Estados e mesmo civis.

KALDOR (2005) faz a ligação dessas novas guerras a Estado Falidos, pois esses grupos costumam emergir onde há alguma fragmentação do Estado, ou seja, algum tipo de incapacidade de neutralizar essas novas ameaças. Apesar da recente reação indonésia em relação aos atentados, esse país se mostrou por muitos anos negligente quanto as ameaças terroristas. A autora também chama a atenção para as diferenças das novas guerras para as guerras antigas, institucionalizadas por Calusewitz. Essas possuíam definições e diferenciações menos complexas, os conceitos tradicionalista não se aplicam mais devido ao fato de que, atualmente, as guerras não passam mais por etapas de choque de políticas externas; ultimatum ou incidente; declaração de guerra; combate; vitória e tratado de paz. Além do que, as novas guerras trazem a dificuldade de diferenciar zona de paz e zona de guerra e civis de combatentes (HOLSTI 1996).

Segundo HOLSTI (1996), essas guerras tomaram grandes proporções no pós Segunda Guerra Mundial, onde o processo de descolonização juntou vários grupos sociais no mesmo território, incitando a luta pelo controle do Estado e estabelecimento de determinado tipo de governo. Isso se exemplifica no atentado estudado, pois a Indonésia possui milhares de etnias e cinco religiões diferentes em suas ilhas. Uma dessas religiões é islamismo levado ao extremo pelo grupo JI, que visa o estabelecimento de um governo islâmico radical, excluindo as demais religiões.

A escola de Copenhague busca provar que as ameaças são transetoriais, ou seja, afetam não apenas o setor militar (BUZAN, 1997). Por isso defende a ampliação da agenda de segurança internacional, para que essa possa abranger e securitizar casos como os ocorridos em Bali. Além disso, afirmam que é necessária a formação de um conceito único para terrorismo, para que, esclarecendo o termo, seja possível lutar contra os atos extremistas de alguns grupos radicais, como o JI.

CONCLUSÃO

Como visto anteriormente, o atentado em Bali fez com que políticas do governo indonésio e dos Estados da região mudassem para que o combate ao terrorismo se tornasse mais eficaz. Embora a ONU ainda não tenha uma definição precisa sobre o terrorismo, é imprescindível que a organização encontre tal definição, para que, o fazendo, seja possível identificar casos de terrorismo e combatê-los de forma mais clara, sem violar nenhum direito.

Através do atentado ocorrido em Bali e da ainda falta de estabilidade do governo indonésio, pode-se concluir que a região ainda precisa de medidas mais rígidas para evitar que algo parecido torne a acontecer, pois a força de grupos radicais ainda é visível no país e na região. O caso indonésio apenas reflete o estado de uma região que apresenta falhas na governança e muitas vezes não está preparada, sozinha, para lidar com tais ameaças. Para tanto é necessária a ajuda dos países vizinhos, principalmente Austrália, para que se possa criar um governo estável, sadio e tolerante.

Quanto à influência estadunidense na região, essa pode ser encarada como reflexos do trauma do 11 de setembro. O Sudeste Asiático é umas das regiões mais perigosas quando se envolve terrorismo, logo através da ASEAN e de outras alianças, os Estados Unidos encontrou uma brecha para pressionar a região a adotar seu modo de combate ao terrorismo. Apesar das violações dos direitos humanos e da segurança nacional, a presença americana na região contribuiu muito para o enfraquecimento da JI e a punição dos culpados pelo atentado em Bali em 2002.

O terrorismo é uma questão atual no âmbito internacional e tem se mostrado muito eficaz em abalar estruturas governamentais, afetando não só o Estado vítima, como toda a região envolvida. Sendo assim, independentemente de como o termo “terrorismo” venha a ser abordado – tanto pela visão tradicionalista, liberal ou de segurança humana – é fundamental que o seja feito. 🗳️

*As três autoras são graduandas em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Referências Bibliográficas

- Australian in shock after Bali attack, 2002. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/2324261.stm>>. Acesso em: 10 de abril de 2012.
- BUZAN, Barry. “Cooperation and conflict. Rethinking Security after the Cold War”, 1997. Disponível em: <<http://cac.sagepub.com/cgi/content/abstract/32/1/5>>. Acesso em: 5 de maio de 2012.
- Bassford, Christopher and Edward J. Villacre. “Reclaiming the Clausewitzian Trinity”, Parameters XXV, no 3 (Autumn 1995).
- Booth, Ken (2007) “Is human security possible?” in Booth, Ken (ed.) Theory of World Security. Cambridge University Press, 321-327.
- CEPIK, Marco (2001) – Segurança Nacional e Segurança Humana: Problemas Conceituais e Consequências Políticas. Security and Defense Studies Review, Washington - DC, vol. 01, n. 01, p. 01-19.
- Clausewitz, Carl Von. On War. Ed. Michael Howard and Peter Paret. Princeton: Princeton UP, 1976. p. 89, p. 593
- Council on Foreign Relations (Org.). Terrorism Havens: Indonesia. Disponível em: <<http://www.cfr.org/indonesia/terrorism-havens-indonesia/p9361>>. Acesso em: 12 maio 2012.
- Hanle, Donald J. Terrorism: The Newest Face of Warfare. Washington: Pergamon-Brassey's International Defense Publishers, Inc., 1989.
- HOLSTI, Kalevi. “The State, the war and the state of war”. Cap 2 “Wars of the third kind”. United Kingdom. University of British Columbia, 1996.
- Huge death toll from Bali bombing, 2002. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/2323745.stm>>. Acesso em: 10 de abril de 2012.
- Indonesia militant threat, 2002. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/2324093.stm>>. Acesso em: 10 de abril de 2012.
- Jakarta arrests “key militant” 2003. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/2969949.stm>>. Acesso em: 2 de abril de 2012.
- KALDOR, Mary. “Old Wars, Cold Wars, New Wars and the war on terror”. School of economics, London. 2005.
- KALDOR, Mary. “New and old wars”. Cap 5 “The globalizes war economy”. Stanfor, California, 2001.
- MENDES, Nuno Canas (2007) – O Sudeste Asiático e a segurança internacional: que nexos lusófonos?, Negócios Estrangeiros, 11.1, Julho 2007.
- ONU (Org.). SECURITY COUNCIL UNANIMOUSLY ADOPTS WIDE-RANGING ANTI-TERRORISM RESOLUTION; CALLS FOR SUPPRESSING FINANCING, IMPROVING INTERNATIONAL COOPERATION. Disponível em: <<http://www.un.org/News/Press/docs/2001/sc7158.doc.htm>>. Acesso em: 12 de maio de 2012
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS DE DESENVOLVIMENTO. Relatório de Desenvolvimento Humano, 1994. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1994/>> Acesso em: 14 de maio de 2012.
- WILLIAMS, Paul (Ed.). Security Studies: An Introduction. Nova Iorque: Routledge, 2008, 174.

AGENDA

Calendar



AGENDA

Próximos Eventos

Nesta seção serão divulgados os principais eventos de Relações Internacionais, ou de áreas correlatas, que já possuem data marcada. Caso deseje divulgar algum evento na próxima edição, ou até mesmo em nossas redes sociais, basta entrar em contato conosco. 

MARÇO:



O Centro Acadêmico Sergio Vieira de Mello (CASViM) associação estudantil que representa os alunos de Relações Internacionais da UFF, trará os professores Eli Penha Alves (UERJ) e Fernanda Corrêa (INEST/ UFF) para um seminário acerca do Atlântico Sul e do Projeto de Submarino Nuclear. Ambos produziram, ao longo de suas carreiras, artigos e livros que versam sobre esses temas. Esperamos contar a presença de todos, para que possamos discutir temas de grande relevância, que encontram-se no cerne da Política de Defesa do Brasil. <http://on.fb.me/XMVMHT>

O Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) realizará a mesa-redonda "A nova configuração internacional dos bancos de desenvolvimento" no dia 26 de março, no Rio de Janeiro. O evento tem como objetivo estimular a reflexão acerca do crescente processo de internacionalização dos bancos de desenvolvimento e avaliar as implicações e oportunidades de tal atuação no setor privado. <http://www.cebri.org/>



ABRIL:

Multilateralismo, plurilateralismo e a construção de uma ordem mundial

4º Encontro Nacional ABRI

O 4º Encontro Nacional da ABRI, que terá lugar na cidade de Belo Horizonte, de 23 a 26 de julho de 2013, procurará refletir sobre o multilateralismo, plurilateralismo e a construção de uma ordem mundial. <http://www.encontronacional2013.abri.org.br/>

MONOGRAFIAS

Relações Internacionais



Essa iniciativa almeja criar um espaço para expor os trabalhos de conclusão de curso dos alunos de Relações Internacionais da UFF, para que os temas debatidos por cada um dos formados e formandos, possa servir de base e, também, possam ser referências pra futuros formandos. Todos as monografias aqui expostas foram enviadas e aprovadas pelos seus respectivos autores. 🎧

“BRASIL: UM GRANDE EXPORTADOR DE ETANOL? ASPECTOS DA PRODUÇÃO E DO COMÉRCIO BRASILEIRO DE ETANOL”

por ANNA BEATRIZ SABINO DE OLIVEIRA

Este trabalho tem por objetivo analisar a possibilidade de o Brasil assumir posição de liderança na produção e exportação de etanol para o mercado mundial e os ganhos envolvidos nesta comercialização, levando em consideração os aspectos da demanda interna e externa do produto, a capacidade de produção brasileira e a concorrência com outros países produtores, como os Estados Unidos. Serão abordados o histórico da produção brasileira e os motivos que levaram o país a utilizar o etanol em larga escala, bem como fatores de importância política, econômica e ambiental. A demanda e oferta mundial do produto e a possível existência de um mercado mundial de etanol serão também analisadas. As políticas adotadas no Brasil e no mundo serão comparadas, a fim de fornecer ferramentas para averiguar a existência de um mercado mundial de etanol, no qual o Brasil busca desempenhar um papel protagônico de supridor desta demanda.

“O SETOR DE ÓLEO E GÁS COMO UMA VIA PARA O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO BRASILEIRO”

por YLANA ASSUNÇÃO GOMES

Em minha monografia, busco entender o panorama histórico e atual do setor Petrolífero no Brasil, sem nunca esquecer da conjuntura internacional em que está inserido, estudando as teorias que abordam o desenvolvimento econômico e aplicando-as ao caso brasileiro. Meu principal ponto de estudo são os mecanismos pró-crescimento econômico criados pelo setor de petróleo e gás, principalmente pelo Pré-sal, e defender que seus impactos serão positivos e de longo prazo. O “RI” da monografia está na comparação entre a conjuntura brasileira e a de outros países que aplicaram políticas parecidas com a brasileira como de Conteúdo Local ou a escolha dos tipos de Fundos Soberanos baseados em riquezas minerais, e que na maioria dos casos, acabou por dar certo. Ha Joon Chang é o autor motivador desta monografia, mostrando que muitas vezes aquelas políticas liberais tão largamente defendidas pelos Organismos Internacionais e pela Mídia não foram seguidas nem pelas próprias potências dominantes quando estas se encontravam em nosso atual estágio de desenvolvimento sócio-econômico, e por isso, cada país deveria ter autonomia para escolher suas próprias políticas, levando sempre em conta a experiência adquirida pelas demais nações.

“TRÁFICO DE MULHERES NO LESTE EUROPEU E A QUESTÃO DE SEGURANÇA INTERNACIONAL”

por MARÍLIA DANIELA SILVEIRA DA SILVA

A análise busca em dois grupos intrinsecamente ocultos de grande parte da consciência global e da lógica de ação estatal (os grupos organizados de crime transnacional e o tráfico de mulheres) aclarar a interação constante entre sociedade civil e as instituições estatais. Busca-se atingir por meio desta monografia uma maior compreensão do alcance do crime a nível global, considerando sua influência no processo de tomada de decisões internas e externas dos Estados no que visa sua segurança, o que é feito através da análise de documentos oficiais. A impossibilidade de conseguir de modo satisfatório explicitar os elementos desse tipo de iniciativa em uma perspectiva global, somada ao reconhecimento de sua abrangência no Leste Europeu do tráfico humano encaminhou a escolha para a ocorrência do fenômeno nessa região. Igualmente, fez-se necessária uma identificação do processo na história, optando-se pelo período crítico na região após o desmembramento da União Soviética. Do ponto de vista teórico a monografia busca na concepção da escola de Copenhague sobre segurança o entendimento das “novas ameaças” e, dentro desta lógica, o crime organizado internacional.

“A CONSTRUÇÃO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS COMO TEMA DE SEGURANÇA PELA UNIÃO EUROPEIA”

por ANA HELENA ALVES PALERMO CAVALCANTE

O trabalho preocupou-se em analisar o fenômeno da securitização das mudanças climáticas pela União Europeia sob a luz da teoria da securitização, desenvolvida pela Escola de Copenhague. Ele foi dividido em três momentos principais; um primeiro, no qual foi discutida a teoria proposta pela Escola; um segundo, onde foi apresentada a formação de um regime internacional ambiental e, um terceiro, onde foram analisadas a Estratégia Europeia em Matéria de Segurança (EES), de 2003, e o Relatório sobre a Execução da Estratégia Europeia de Segurança (REES), de 2008. Tendo esses dois documentos como base, foi discutida a política da União Europeia em relação às mudanças climáticas e como a mesma, nos últimos anos, tem realizado iniciativas em prol da inserção dessa temática no âmbito das políticas de segurança tanto no contexto regional, como internacional.

AGENDA

APOIO UNIVERSITÁRIO

Nesta seção disponibilizaremos dicas, links interessantes, sites de estágio, dentre outras informações que sirvam de suporte aos universitários, principalmente, os de Relações Internacionais. 🌐



LINKS INTERESSANTES

Instituto de Estudos Estratégicos | <http://www.inest.uff.br/>
Universidade Federal Fluminense | www.uff.br/
Federação Nacional dos Estudantes de Relações Internacionais | www.feneri.org.br/
Associação Brasileira de Estudos de Relações Internacionais - ABRI | <http://www.abri.org.br/>
Associação Brasileira de Estudos de Defesa | <http://www.abedef.org>
Associação Brasileira de Ciência Política | www.cienciapolitica.org.br
Associação Nacional de História | <http://www.anpug.org>
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Políticas (Anpocs) | www.anpocs.org.br
Observatório Político Sul-Americano - OPSA | observatorio.iuperj.br/
PPGEST - Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos | <http://www.uff.br/ppgest/>



OPORTUNIDADES

<http://www.topoportunidades.com.br/>
<http://www.ciadetalentos.com.br/>
<https://www.facebook.com/Oportunitees>
<http://emprego.catho.com.br/vagas/relacoes-internacionais/>
<https://www.facebook.com/groups/413689925326869/> (Vagas RJ)
<http://vagas.infojobs.com.br/vagas-empregos-relacoes-internacionais.aspx?Palabra=rela%C3%A7%C3%B5es%20internacionais>



Yoani e o conflito entre direita e esquerda no Brasil.

por Tiago Duarte*

E a blogueira chegou aqui, maravilhada com o nosso aeroporto e sua internet wi-fi. Quando ela morou na Suíça, deveria ser diferente. E creio eu, que ela bloggeia por sinal de fumaça, pois aparentemente não há internet ou possibilidade de lê-la em território cubano. O que me faz, aliás, pensar que as coisas devem estar bem tediosas para o jornalismo brasileiro especialista em Cuba e Cubanismo, já que tanto ela quanto Hugo Chávez saíram da ilha. Nossos correspondentes internacionais para assuntos relacionados a Havana, e que noticiam à partir de Buenos Aires devem estar aproveitando as belas lojas em Calle Flórida. Me surge como curiosidade uma pergunta inocente: qual foi o nosso último correspondente a noticiar in loco. Tenho quase certeza que fora Euclides da Cunha. Mas eu estou me prolongando...

Enfim, Yoani Sánchez finalmente está aqui. Não vou me prender nesse texto sobre os méritos do que ela escreve, sobre como ela consegue se sustentar, sobre o conluio dela com a mídia espanhola e com o serviço secreto americano. Não abordarei sua pretensa bondade em relação ao bloqueio norteamericano a seu país natal, sua boa vontade em querer desculpar toda e qualquer ação geopolítica americana, sua elevação pela mídia a "voz independente da oposição ao regime castrista". Sem contar o fato dela ter afirmado ter sido espancada, e dois dias depois dar entrevista a um jornalista da BBC, e o mesmo não encontrar nenhuma marca de violência em seu corpo. Ela diz ter fotos da agressão, mas prefere não revelar. Bem, se ela as tiver, é irrelevante pra grande parte de seu público, e se ela não as tiver, dará no mesmo para seus detratores. Não vou falar sobre a polêmica Yoani Sánchez, falarei sobre a visita dela ao Brasil e os efeitos na nossa esquerda e na nossa direita.

Antes mesmo de Yoani Sánchez pisar em território tupiniquim, a mídia estava alvoroçada. A blogueira era uma voz de liberdade ao mesmo tempo em que era chamada de uma traíra mentirosa. Vamos aos fatos: falar que Cuba tem defeitos e virtudes é dizer tudo; e quem diz tudo, na verdade não diz nada. Cuba tem problemas em relação a liberdade individual e direitos humanos; Cuba também tem uma das melhores políticas públicas para saúde e educação no planeta. O grande problema, a meu ver, é a incapacidade de conciliação entre as duas visões por grande parte de nossa mídia e políticos. Cuba como lugar idealizado é mais importante do que Cuba como país. Analisemos ambos. Por mais que haja vozes que insistam, creio ser impossível dizer que há um regime de fato democrático quando só um partido é permitido e quando um governante fica quatro décadas no poder e depois, aponta seu irmão mais novo como líder político em seu lugar. A imprensa em Cuba é controlada, e a emissão de passaportes também. Quanto aos direitos humanos, Cuba prende seus opositores políticos e exerce um controle enorme sobre os direitos individuais. A mea-culpa de afirmar que grande parte dos países do mundo também desrespeitam direitos humanos de maneira sistemática não funciona como desculpa suficiente para se dizer que os problemas cubanos em relação a tal área inexistam. Eles existem e devem ser vistos como tal.



A ironia é que grande parte dos parlamentares que a acolheram e a defenderam no congresso nacional sob o auspício da liberdade individual (quantos crimes já não foram cometidos sob a mesma desculpa?) não são reconhecidos por serem áduos defensores da mesma. Ver Bolsonaro e Garotinho, por exemplo, fazendo discursos louvando, defendendo e comentando sobre liberdade chega a ser um insulto a tal conceito, além de serem de uma ironia e de um cinismo que, sinceramente, me enjoam. Bolsonaro tem a mesma autoridade moral e de conhecimento para falar de liberdade como político, quanto Malafaia tem para falar como psicólogo.

A blogueira deveria entender mais sobre a política do país em que visita antes de visitar a câmara dos deputados de tal país como visita ilustre, pois se não, fará papel de estúpida, ingênua ou má-intencionada.

Vemos, além disso, a nossa esquerda louvando os avanços sociais cubanos enquanto grande parte da direita os nega, como se fossem uma anátema comunista e diabólica, feitas especialmente para perverter nosso país com mentiras infundadas. A verdade é que eles existem. Cuba tem uma taxa de mortalidade infantil condizente com países desenvolvidos. Melhor que a dos EUA e bem semelhante que a do Canadá (ligeiramente melhor). Uma posição abaixo da Nova Zelândia, e a 5 do Reino Unido. Bem melhor que qualquer país latino-americano. Tal taxa é realidade, apesar de um PIB bastante inferior a de tais países, e uma economia bem mais frágil, devido tanto ao bloqueio americano, à políticas econômicas equivocadas e o fim da União Soviética.

Cuba tem uma das menores taxas de analfabetismo do mundo, um problema que ainda se faz presente em grande parte dos países de nosso continente, e Cuba, mesmo com todos os problemas conseguira teoricamente extirpar de sua sociedade. A expectativa de vida em Cuba é de 77,87 anos.

A dos EUA, ligeiramente superior, é de 78,49, já a brasileira é de meros 72,79. Novamente, cito o PIB cubano, bastante inferior ao nosso, por exemplo. Nesses tempos atuais, com a União Européia e os EUA se arrastando numa crise, em que as classes mais baixas são as primeiras a sofrerem, principalmente com cortes em gastos sociais, tais como os ocorridos na Grécia, Espanha e Portugal, por exemplo, ou com trabalhadores de classe média sendo jogados nas estatísticas dos sem-teto nos EUA, Cuba nos parece dar um exemplo de eficiência. Afinal, como um país com recursos tão limitados consegue manter indicadores sociais tão bons, principalmente se compararmos com outras ilhas do Caribe, com uma geografia e atividades econômicas bem semelhantes a cubana, isso sem citar a diferença gritante nos avanços sociais dos governos dos irmãos Castro em relação ao ditador Fulgêncio Batista.

Então, caro leitor, ao contrário do que Yoani e a direita tentam pintar, Cuba não é um inferno na terra e nos oferece lições úteis, entretanto, Cuba não é também o paraíso de liberdade pintado por uma parte de nossa esquerda. Cuba deveria ser vista com olhos mais realistas e menos idealizados, tanto para o bem quanto para o mal. Mas exigir isso, seria pedir um espírito de conciliação, uma tentativa de encontrar um denominador comum entre nossos políticos e por fim, uma disposição a aprender, e que denominador comum pode haver com tamanha intransigência (e em alguns casos, estupidez) presente em nossa câmara? 🤔

*Tiago Duarte Dias, cursa o último semestre do curso de Relações Internacionais pela UFF, e aprovado no processo de mestrado em Antropologia, pelo PPGA da UFF.

Montesquieu e Renan Calheiros : Uma analogia inusitada?

por Victor Leandro Chaves Gomes

No dia 1º de fevereiro de 2013, contando com uma expressiva maioria composta por 56 senadores, Renan Calheiros (PMDB-AL) foi eleito, novamente, para presidir o Senado Federal brasileiro. Denunciado pela Procuradoria-Geral da República pelos crimes de falsidade ideológica, uso de documentos falsos e peculato, Renan disse estar “confortável” em assumir a presidência da casa por considerar que a ação movida pelo procurador-geral foi motivada por razões estritamente políticas.

Apenas com o intuito de reavivarmos a nossa atribulada memória, os crimes que o Ministério Público Federal atribuiu a Renan o levaram a renunciar à presidência desse mesmo Senado, em 2007, para escapar da cassação. Na época, em votação secreta, foi absolvido pelo plenário por duas vezes e manteve o mandato. O senador é acusado de pagar despesas pessoais – uma pensão mensal a uma jornalista, com quem tem uma filha – com dinheiro de um funcionário da empreiteira Mendes Júnior. Durante o escândalo político, para justificar que dispunha de renda para fazer os citados pagamentos, Renan apresentou documentos que supostamente comprovariam a existência de proventos oriundos da venda de gado. A denúncia também aponta o peculato decorrente do desvio da verba indenizatória do Senado, para uma locadora de carros que pertence a um “laranja” do senador alagoano.

O mais curioso é que em seu discurso de posse, Renan afirmou que “a ética não é objetivo em si mesmo. O objetivo em si mesmo é o Brasil, o interesse nacional. A ética é meio, não é fim. É obrigação de todos nós, responsabilidade de todos nós e dever desse Senado Federal”. Ora, poderíamos produzir algumas análises teóricas e conceituais que nos levariam a definições mais firmes e precisas do que seja ética, especialmente na vida pública, ou mesmo poderíamos perceber as agruras funcionais do nosso “presidencialismo de coalizão”. Contudo opto aqui, talvez de maneira insólita, por tentar entender o personagem Renan Calheiros a partir do atual modus operandi do Estado brasileiro no que tange à relação entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Neste sentido, me parece primordial recorrermos imediatamente à fonte, ou seja, ao Barão de Montesquieu. Na sua obra clássica, “O Espírito das Leis”, Montesquieu ensinou que as instituições são regidas por leis que derivam das relações políticas e que a condição para o Estado de Direito é a separação entre os poderes. Portanto, não obstante algumas interpretações preverem a equipotência dos poderes, Montesquieu expressa que há uma imbricação de funções e uma interdependência entre Executivo, Legislativo e Judiciário. Nesta perspectiva, a separação entre os poderes teria um significado distinto. Trata-se de assegurar a existência de um poder que seja efetivamente capaz de contrariar o outro. A estabilidade do regime ideal repousa na possibilidade concreta de que a correlação de forças reais da sociedade possa se expressar também nas instituições políticas. Ou seja, cada um dos três poderes precisa cumprir a missão para a qual foi destinado, caso contrário corre-se o sério risco de comprometer o funcionamento do sistema político como um todo.



Desenho feito por Victor Brito Ferraz

Então, de maneira direta, como Montesquieu pode contribuir para entendermos a estapafúrdia eleição para a presidência do Senado brasileiro? Os ensinamentos do nobre intelectual francês atuam no sentido de nos alertar sobre o preocupante distanciamento do nosso Legislativo de suas atribuições originais. A cada legislatura, transforma-se numa instância que pouco faz, a não ser representar a si própria; ignorar os anseios da opinião pública; referendar impotente as decisões do Executivo e empurrar suas obrigações precípuas ao Judiciário. Melhor dizendo, um poder, a cada dia, sem poder.

A consequência mais grave deste pernicioso processo de debilidade do Legislativo vai muito além do que eleger para a presidência da chamada Câmara Alta um senador com conduta parlamentar, no mínimo, duvidosa. Na verdade, abre-se um precedente perigosíssimo que serve de pretexto para fomentar algumas teses reacionárias que – sob a argumentação tendenciosa da ineficácia legislativa – defendem o imediato fechamento do Congresso Nacional. O Brasil ao invés de encarar os seus problemas político-institucionais de frente, opta por ignorá-los de maneira irresponsável sob pena de desmerecer não apenas os seus inegáveis avanços político-sociais, mas também a sua própria institucionalidade. Aliás, como bem demonstrou Montesquieu, a doença que acomete o Legislativo, de uma maneira ou de outra, afeta o Executivo e o Judiciário do nosso país. Assim, o retorno infame de Renan Calheiros não é a causa, mas um mero sintoma da nossa enfermidade política e institucional. 🗣️

*Victor Leandro Chaves Gomes é professor Adjunto de Ciência Política do Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais (DEI), vinculado ao Instituto de Estudos Estratégicos (INEST) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Tem experiência profissional nas áreas de História, Ciência Política e Relações Internacionais, com ênfase em Teoria Política, atuando principalmente nos seguintes temas: Filosofia Política, Sociologia e História Contemporânea.



ocosmopolitico.com

COSMOPOLÍTICO

RELAÇÕES INTERNACIONAIS



 /ocosmopolitico

 @ocosmopolitico

 issuu.com/ocosmopolitico

Universidade Federal Fluminense - UFF | Instituto de Estudos Estratégicos (INEST)

Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais (DEI)

Graduação de Relações Internacionais | Centro Acadêmico Sergio Vieira de Mello (CASViM)

Endereço: Campus do Valonguinho - Alameda Prof. Barros Terra,

s/n - 2º Andar, Centro - 24020-150 - Niterói - RJ

E-mail: ocosmopolitico@gmail.com | Site: www.ocosmopolitico.com